



JORNAL CRP 03 BA

www.crp03.org.br



Formação: por que discutir sobre isso?

PÁGINA 10

CNP: veja o que aconteceu no VIII Congresso da Psicologia

PÁGINA 3

Entrevista: propostas e desafios a respeito da inserção da(o) psicóloga(o) no Ensino Médio

PÁGINA 18

Artigo: Sistema Estruturado de Ensino "Alfa e Beto"

PÁGINA 15

XIII Plenário: confira o que foi feito nos três anos de gestão

PÁGINA 16

Prezadas(os) leitoras(es)

Estamos no mês da(o) psicóloga(o). A Psicologia faz 51 anos de regulamentação e como ciência e profissão, continua com grandes transformações, se renovando constantemente na busca da valorização humana e comprometendo-se em servir a sociedade.

Além disso, estamos em um momento importantíssimo para categoria, pois serão realizadas em agosto, as eleições para o próximo triênio (2013-2016) do Sistema Conselhos de Psicologia.

Nesta edição, teremos uma seção especial sobre o VIII Congresso Nacional da Psicologia, artigos sobre formação ética na graduação e também sobre o Sistema Estruturado de ensino Alfa e Beto. Ainda neste informativo você pode conferir uma entrevista sobre a inserção da(o) psicóloga(o) no Ensino Médio, uma matéria especial sobre a formação da(o) profissional de Psicologia e o Balanço do XIII Plenário com todas as suas ações durante os três anos de atividade no CRP-03.

Boa leitura e até a próxima.

Equipe de Comunicação do CRP-03

Expediente

O Jornal do CRP-03 é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da Bahia.

Diretoria:

Diretoria: Valter da Mata (Presidente)
Clayton de Almeida (Vice-presidente)
Alessandra de Almeida (Tesoureira)
Kueyla Bittencourt (Secretária)

Conselheiras (os) efetivas (os):

Carlitta Bastos, Jeane Araújo, Maria Célia Vaz e Valdívia da Mata

Conselheiras (os) suplentes:

Armeth Peixoto, Carlos Vinícius Melo, Cássia Eugênia Cardoso, Clayton de Almeida, Emmila Di Paula dos Santos, João Martins, Leni Frago, Rogério Abílio e Sônia Kader

Comitê Editorial:

Carlos Vinícius Melo, Kueyla Bittencourt, Helena Miranda e Valter da Mata

Revisão e Coordenação Editorial:

Valter da Mata

Jornalistas Responsáveis:

Gabriela Bastos Ferreira (MTE 3396/BA) e Gabrielle Moutinho (MTE 3402/BA)
Colaboração: Tom Correia (MTE 3847/BA)

Projeto Gráfico e Produção Editorial:

AG Editora: (71) 3014-4999

Impressão:

Gráfica Santa Rosa: (71) 3172-2121
Tiragem: 7.600 exemplares
Periodicidade: Quadrimestral

Sede:

Rua Professor Aristides Novis, 27
B. Federação | Salvador | Bahia
Tel: (71) 3332-6168 | www.crp03.org.br

Índice

- 03 Aconteceu
- 06 Informes
- 10 COF e COE
- 11 CREPOP
- 12 CAPA
- 15 Artigo
- 16 Balanço do XIII Plenário
- 18 Entrevista
- 19 Agenda e Dicas de Leitura

Mensagem das (os) leitoras (es)

Psicóloga (o) envie-nos um e-mail e indique sugestões de assuntos para o Jornal do CRP-03. Você também pode opinar sobre os textos já publicados e seu comentário pode aparecer neste espaço na próxima edição. O e-mail para contato é jornal@crp03.org.br. Participe!

Anuncie no Jornal do CRP-03

O Jornal do CRP-03 disponibiliza espaços para a divulgação de cursos, seminários e outros eventos relacionados à Psicologia. Se você tem interesse de promover o seu evento, entre em contato com o Conselho, através do e-mail: geren-tecrp03@crp03.org.br e saiba mais informações sobre as condições do anúncio.

Ato Falho:

Na produção do número anterior, cometemos alguns deslizes. Sabemos que "ato falho" evidencia um conteúdo inconsciente, entretanto, para nossa equipe, usar o termo aqui significa também manter o bom humor e o alto-astrol mesmo diante dos equívocos. Como "herrar é humano", pedimos desculpas e corrigimos nossas falhas, prometendo redobrar nossa atenção nas próximas edições.

Na edição "Especial Eleições CRP-03 BA", no texto da capa, onde se lê "Anjical", leia-se "Angical".

Na página 02, onde se lê "Cuida da Profissão" leia-se "Cuidar da Profissão".

CRP-03 realiza etapas preparatórias para VIII CNP

Profissionais de todo o estado participaram dos Pré-congressos e Congresso Regional da Psicologia

Foram realizados, nos meses de fevereiro e março de 2013, os Pré-congressos da Bahia, na cidade de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna, Salvador e Vitória da Conquista. Com o intuito de apreciar e aprovar as teses do regional, além de eleger a(o)s delegada(o)s para o Congresso Regional, os Pré-congressos reuniram aproximadamente 360 participantes em todo o estado, com grande destaque para a intensa mobilização da(o)s profissionais do interior nestes eventos.

Localidade	Número de participantes
Barreiras	28
Feira de Santana	132
Ilhéus/Itabuna	74
Salvador	65
Vitória da Conquista	61



VIII Congresso Regional da Psicologia – Etapa Salvador

O VIII Congresso Regional da Psicologia – etapa Salvador (VIII COREP) aconteceu entre os dias 12 e 14 de abril, no Auditório Leopoldo Amaral da Escola Politécnica da UFBA. 81 delegada(o)s eleita(o)s, durante os cinco pré-congressos realizados no estado da Bahia, analisaram, discutiram e aprovaram as propostas para apreciação no VIII Congresso Nacional da Psicologia (VIII CNP). Durante o VIII COREP foram aprovadas no total 123 propostas, sendo 40 delas no eixo I (Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das Formas de Interação com a Categoria), 30 no eixo II (Contribuições Éticas, Políticas e Técnicas nos Processos de Trabalho) e 53 no eixo III (Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas). Além disso, foram aprovadas duas moções: uma em apoio ao Quilombo Rios dos Macacos e a outra em repúdio à permanência do Deputado Marco Feliciano na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (leia as moções nas próximas páginas). Também foram eleita(o)s, através de voto, a(o)s 10 delegada(o)s que participaram do VIII CNP, realizado em Brasília-DF. A(o)s escolhida(o)s foram: Clarissa Paranhos Guedes, Liliane Alves da Luz Teles, Emmila Di Paula Carvalho dos Santos, Rogério da Silva Abílio, Eleandra Aparecida Machado de Souza, Silvana Mara Veiga Dantas, Rozana Maria da Fonseca, Monalisa Nascimento dos Santos Barros, Denise Viana Silva, Ivaneide Carvalho dos Santos e o estudante credenciado Josueliton de Jesus Santos.

Caderno de Deliberações – O CRP-03 está reunindo todas as propostas aprovadas no COREP em um Caderno de Deliberações que será lançado em setembro de 2013 e ficará disponível em PDF, no site do Conselho: www.crp03.org.br.



Eleições CRP-03: 2013 – 2016

Ainda no COREP, foi apresentada a única chapa inscrita para concorrer às eleições do CRP-03 e representar a autarquia no período de 2013 a 2016. A inscrição foi feita pela chapa "Cuidar da Profissão". A(o)s componentes são:



Liliane Alves da Luz Teles	CRP 03 – 6829	Presidente
Emmila Di Paula Carvalho	CRP 03 – 5427	Vice- Presidente
Clarissa Paranhos Guedes	CRP 03 – 9706	Secretária
Rogério da Silva Abílio	CRP 03 – 3208	Tesoureiro
Carlos Vinícius Gomes Melo	CRP 03 – 6732	Efetivo
Eurisa Maria de Santana	CRP 03 – 0835	Efetiva
Denize Tavares Macedo	CRP 03 – 6686	Efetiva
Daniele Carmo Queiroz	CRP 03 – 8905	Efetiva
Verena Souza Souto	CRP 03 – 8363	Efetiva
Marta Campos	CRP 03 – IP10180	Suplente
Eurenildes Reis Ferreira	CRP 03 – 1398	Suplente
Sylvia Regina Rocha Lemos	CRP 03 – 1032	Suplente
Denise Viana Silva	CRP 03 – 9620	Suplente
Samir Perez Mortada	CRP 03 – 3708	Suplente
João Mendes de Lima Junior	CRP 03 – 5515	Suplente
Marinês Santos de Oliveira	CRP 03 – 6586	Suplente
Victor Brandão Ribeiro	CRP 03 – 3723	Suplente
Josnos Nunes Júnior	CRP 03 – 3383	Suplente

VIII Congresso Nacional da Psicologia – Etapa Brasília

Entre 31 de maio e 02 de junho, foi realizado o VIII Congresso Nacional da Psicologia (VIII CNP), em Brasília-DF, com o tema "Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos". A(o)s 235 delegada(o)s eleita(o)s aprovaram 300 propostas que irão nortear as ações da gestão no próximo triênio do Sistema Conselhos. Ações para a Psicologia do trânsito, Psicologia educacional, emergências e desastres, além de álcool e outras drogas foram aprovadas na Plenária, a exemplo da proposta que pretende reafirmar os princípios da reforma psiquiátrica, antimanicomial e da estratégia de redução de danos para a efetiva implantação da rede substitutiva pelo poder público. Foi defendida também a garantia da obrigatoriedade da presença da(o) profissional de Psicologia em equipes multiprofissionais e interdisciplinares nas políticas públicas, além de sua atuação em unidades de internação, UTIs e unidades de emergência nos hospitais. Discussões a respeito de ações com a categoria em parceria com a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos (FNDDH) para pensar em alternativas à institucionalização e à internação compulsória, bem como o repúdio ao financiamento público e implantação de comunidades terapêuticas em todo o território nacional como principal medida ao tratamento de usuária(o)s de drogas também foram assunto na plenária. Além disso, foi aprovada a criação de parâmetros técnicos que informem a quantidade necessária de psicólogo(a)s na área das políticas públicas, utilizando critérios populacionais e características regionais; discutido a respeito da carga horária de no máximo trinta horas semanais, o estabelecimento de um piso salarial para a profissão, entre outras questões. Do total de propostas aprovadas, 58 foram do CRP-03. A Mesa Diretora do VIII CNP se reuniu no fim do mês de junho para finalizar o Caderno de Deliberações do Congresso. A publicação terá todas as propostas aprovadas, as moções e informações adicionais sobre o processo do VIII CNP. Veja essas e outras informações no site: <http://cnp.cfp.org.br/>.



CRP-03 promove 1º Encontro Norte Nordeste dos Fazeres Psicológicos no Trânsito e Mobilidade Urbana

O CRP-03, através da Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito, realizou nos dias 22 e 23 de fevereiro deste ano, o 1º Encontro Norte Nordeste dos Fazeres Psicológicos no Trânsito e Mobilidade Urbana, na Escola Politécnica da UFBA. Foram discutidos temas como: Condutores profissionais e realidade de trabalho; A promoção de vida e diversidade no trânsito brasileiro, O fazer psicológico do trânsito, além da apresentação do Relatório Seminário do Trânsito em Trânsito pelo Brasil 2012 com as propostas sistematizadas de cada eixo. O evento contou com apoio do Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia do Mato Grosso do Sul e do Espírito Santo e também da PATRAMH - Associação de Psicólogos do Trânsito e Mobilidade Humana.



Foto: Gaudina Barros

Homenagem ao Dia da Mulher com humor e reflexão no CRP-03

Texto e Fotos: Tom Correia

Para marcar as comemorações no mês dedicado à mulher, profissionais e estudantes de Psicologia se reuniram no dia 21 de março para discutir questões envolvendo, por exemplo, a suspensão temporária dos atendimentos psicológicos no Centro de Referência Loretta Valadares. Também foram apresentados dados recentes de uma pesquisa realizada pelo CFP na qual se registra 89% de presença da mulher na atuação da Psicologia. Uma constatação preocupante no estudo é a que aponta as dificuldades enfrentadas pelas psicólogas: 27% delas declararam que já sofreram algum tipo de violência. O encontro também foi marcado pela presença da palhaça Pamonha, personagem da atriz Josi Santana, que apresentou um stand-up dinâmico e bem humorado, tocando em questões femininas vividas no mundo real. A ação promoveu uma divertida interação ao mesmo tempo em que levou a(o)s participantes a uma reflexão sobre o atual papel da mulher na sociedade de hoje.



COF faz revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos

Texto e Fotos: Tom Correia

Questões relacionadas à atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) foram esclarecidas e debatidas no dia 23 de março na sede do CRP-03. Além da apuração de denúncias, a Comissão promove visitas de inspeção e fiscalização, orientação à sociedade e à categoria valendo-se de toda a regulamentação de Psicologia: Leis Resoluções e Código de Ética da(o) Psicóloga(o). O encontro teve como objetivo principal a produção de um documento contendo propostas para revisão das políticas de atuação da COF com foco nas áreas de políticas públicas e Direitos Humanos. O documento foi encaminhando para o Conselho Federal de Psicologia, após o evento para apreciação.

GTPRR organiza cine debates

O Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais do CRP-03 (GTPRR) realizou nos meses de abril e maio dois cines debates. Nos encontros foram exibidos os filmes Histórias Cruzadas e Escritores da Liberdade. O primeiro contou a história de uma jovem garota da sociedade determinada a se tornar escritora. No decorrer da trama, a jovem entrevista as mulheres negras da cidade, que deixaram suas vidas para trabalhar na criação da(o)s filha(o)s da elite branca, da qual ela mesma fazia parte. O segundo filme exibido conta a história de uma jovem e idealista professora que leciona em uma escola e se depara com uma instituição corrompida pela agressividade e violência da(o)s aluna(o)s, que se mostram rebeldes e sem vontade de aprender, havendo entre ela(e)s uma constante tensão racial. Este último encontro contou com a presença do Coordenador do Grupo de Trabalho de Psicologia e Educação (GTPE), Leandro Groba, como facilitador.

Fonte: adorocinema.com/filmes



Foto: Gaudina Barros



II PSINEP é adiado por falta de apoio e financiamento

O II Encontro Nacional de Psicóloga(o)s a(o)s Negra(o)s e Pesquisadora(e)s das Relações Raciais e Subjetividades (II PSINEP), marcado para os dias 04, 05, 06 e 07 de julho de 2013, foi adiado por dificuldades de apoio e financiamento. A Articulação Nacional de Psicóloga(o)s Negra(o)s e Pesquisadora(e)s, ANPSINEP, está trabalhando para agendar uma nova data o mais breve possível. Acompanhe informações sobre o evento em: <http://anpsinep.cfp.org.br/>.

Leia texto publicado pelo CFP a respeito da banalização da Avaliação Psicológica

Com o avanço da internet, os testes psicológicos, um dos principais instrumentos de trabalho dos profissionais de Psicologia, estão passando por um processo de banalização. Para evitar a disseminação indiscriminada desses testes e garantir a qualidade do trabalho de milhares de psicólogos (as) do país, o Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb), está lançando uma campanha nacional para conscientização de profissionais e estudantes.

O objetivo é defender o uso responsável e os bons resultados que podem advir dos testes psicológicos. Recentemente, vários instrumentos de avaliação psicológica estão sendo divulgados em redes sociais e canais do YouTube. O uso de testes psicológicos considerados desfavoráveis, segundo os critérios estabelecidos na Resolução CFP n.º 002/2003, é considerado falta de ética e o profissional pode responder administrativamente.

A avaliação psicológica é uma atividade restrita a profissionais da Psicologia. Isso implica que seus instrumentos, com destaque para os testes psicológicos, são de uso restrito a esses profissionais. Desse modo, o Conselho Federal de Psicologia alerta a sociedade para os riscos decorrentes do emprego desses instrumentos por profissionais que não estejam habilitados e credenciados para esse fim. Por outro lado, conchama a população e os profissionais a comunicar aos Conselhos Regionais de Psicologia quaisquer irregularidades ocorridas por ocasião do uso



dos testes psicológicos. Além disso, a avaliação psicológica é reconhecida pela sociedade e amplamente utilizada como instrumento da organização das relações de trabalho entre outros campos. É preciso dizer ainda que o processo de organização que a avaliação psicológica media não possui, sob nenhum aspecto, caráter excludente.

Satepsi

Para garantir a qualidade técnica desses instrumentos e o atendimento aos princípios éticos e dos direitos humanos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou, em 2003, o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi).

O site do Satepsi é constantemente atualizado e suas informações podem ser localizadas facilmente. Além de resoluções, editais, grupo de pareceristas, comissão consultiva em avaliação psicológica e novidades, os usuários podem encontrar ainda respostas para as mais frequentes perguntas dirigidas ao CFP sobre o tema.

De acordo com a conselheira federal Ana Paula Noronha, o Satepsi é um sistema composto por legislação, por um grupo de especialistas, por uma Comissão Consultiva e por um sistema operacional. "O Satepsi é dinâmico e o envio de testes obedece ao fluxo contínuo. Assim, o instrumento que hoje não se encontra em condições de uso pode ser alterado e submetido à análise", disse.

Manifestações contra o Ato Médico mobilizam categoria



O CRP-03 participou de uma manifestação contra o Projeto de Lei do Ato Médico, durante os festejos do 02 de Julho, partindo do Largo da Lapinha em direção ao Pelourinho, em Salvador-BA. No cortejo, profissionais de diversas áreas de saúde exibiram faixas e cartazes contra o Projeto de Lei que privatiza para a classe médica todos os diagnósticos sobre doença, indicação de tratamento, realização de procedimentos evasivos e a possibilidade de atestar as condições de saúde, desconsiderando as trajetórias que constituem o cenário da saúde na ótica do SUS. "O Ato coloca muitos profissionais em uma condição subalterna ferindo a dignidade e o profissionalismo das profissões envolvidas", afirmou o Presidente do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, Valter da Mata.

No artigo 4º do Projeto, o diagnóstico e qualquer prescrição terapêutica são restritos somente às (aos) médica(o)s. Isso impede que profissionais de outras áreas da saúde possam exercer livremente essas atividades em suas respectivas áreas de conhecimentos científico, conforme já regulada em leis anteriores. Para o optometrista, Artemir Bezerra, que também participou da mobilização, o projeto cerceia o direito de algumas profissões e consequentemente limita a atuação de diversos profissionais.

Outros manifestos

Aconteceram também nos dias 04 e 05 de julho, manifestos pelo dia Nacional de Luta pela Saúde, na Praça do Campo Grande, em Salvador-BA. Durante as manifestações, cerca de 200 profissionais distribuíram panfletos, exibiram faixas e deram gritos de ordem exigindo o veto do Ato Médico.

Veto

Em 10 de julho de 2013, a presidenta Dilma Rousseff, vetou parte do Projeto de Lei do Ato Médico que, ao regulamentar a Medicina, interferia nas atividades das outras categorias da Saúde. Confira essa e outras informações sobre o PL no infográfico Cronologia do Ato Médico: <http://site.cfp.org.br/infograficos/ato-medico/>. O próximo passo é continuar as mobilizações para que o Congresso Nacional não derrube os vetos da presidenta Dilma, garantindo assim, o respeito ao trabalho de toda(o)s no atendimento integral à população, tanto nas políticas públicas de saúde como no âmbito privado. O Sistema Conselhos de Psicologia dará continuidade às manifestações a fim de que o Congresso não derrube o veto presidencial.

Para garantir a vitória da saúde coletiva brasileira envie manifesto aos deputados (as) e senadores (as) para manter os vetos no Congresso Nacional: http://www2.pol.org.br/main/manifesto_veta_dilma.cfm.

CFP lança site sobre atuação com crianças e adolescentes

Pensando em facilitar o acesso de profissionais da Psicologia e outra(o)s interessada(o)s no assunto, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), disponibilizou uma página virtual com notas, vídeos e publicações do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o tema e a respeito da atuação com crianças e adolescentes. Para ver o conteúdo, acesse: <http://criancaeadolescente.cfp.org.br/>.



O CFP também faz parte da Rede Nacional Primeira Infância. Conheça o site: <http://primeirainfancia.org.br/>



Carta de Recomendação às (aos) psicóloga(o)s que atuam em Comunidades Terapêuticas

Prezada(o)s,

O Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelo Conselho Federal e os Conselhos Regionais, constitui-se como autarquia, responsável por orientar, regulamentar e fiscalizar o exercício profissional. A respeito das políticas públicas em atenção à questão do álcool e outras drogas, o Sistema Conselhos assume a posição em defesa de uma Política Pública pautada na Reforma Psiquiátrica, na Redução de Danos e nos Direitos Humanos, bem como, tem procurado o diálogo com o Estado e a sociedade civil visando "contribuir para a ruptura com a lógica proibicionista e criminalizadora que tem pautado as políticas atuais, reintroduzindo e reafirmando a ética dos direitos humanos como diretriz das diversas políticas relativas à questão" (Trecho da Carta aos Conselhos de Psicologia e Serviço Social).

Como antecedentes à política de álcool e drogas no Brasil, temos a omissão da saúde pública e o reconhecimento de que esta questão era tratada tão somente pela justiça, segurança pública, educação e instituições religiosas. A atenção dada à questão era na sua maioria filantrópica, de cunho religioso, numa perspectiva fechada, psiquiátrica e com o objetivo de alcançar a abstinência. Os aspectos psicossociais não eram considerados, o uso de drogas associado à criminalidade e o modelo de tratamento era de exclusão do convívio social. Iniciativas governamentais estavam restritas a ambulatórios ou hospitais vinculados a programas universitários.

Em 2002, a partir das recomendações da III Conferência Nacional de Saúde Mental, o Ministério da Saúde reconhece a situação como uma questão de saúde pública, construindo uma política pública específica para a atenção às pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas, situada no campo da saúde mental. Buscou-se assumir estratégias para a ampliação do acesso ao tratamento através da construção de uma rede de assistência a(o)s usuários de álcool e outras Drogas, a compreensão integral e dinâmica do problema, a ênfase na reabilitação e reinserção social, a promoção dos direitos e a abordagem de redução de danos. Temos então a implementação do Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e outras Drogas.

Apesar deste marco legal na saúde pública, a construção dessa rede não se deu de forma satisfatória ao longo desses anos; ao contrário, e por que não dizer, em consequência disso, o que vem se observando é um retrocesso. As políticas de segurança pública colocam a(o) usuária(o) de substâncias psicoativas (e, até mesmo dando vida à própria substância, tem colocado esta) como centro de todos os problemas sociais de modo simplista. E, assim, também aponta para "solução" antiga: exclusão, isolamento social e busca da abstinência por meio da religião.

Esclarecemos, no entanto, que o CFP de modo algum está negando que a religião pode ser um instrumento terapêutico. O que precisa ficar claro é que esta tem que ser uma escolha do sujeito, que irá lançar mão da sua rede de apoio durante o seu processo terapêutico, e não uma imposição de um serviço que está sendo custeado pelo Estado, do qual ele também é contribuinte e deve ter seus direitos fundamentais e sociais assegurados, pois estão garantidos pela Constituição Federal.

Nesse sentido, as Comunidades Terapêuticas vêm promovendo uma inversão na lógica de cuidados do SUS, pois, nesses espaços a internação torna-se uma prática comum e porta de entrada dos usuários nos serviços de saúde. A posição do Sistema Conselhos é de que no tratamento dos usuários a internação deve ser a última opção, quando todos os outros recursos se mostrarem ineficazes. O usuário deve ter protagonismo no seu tratamento, como sujeito de direitos.

Não queremos aqui ignorar o fato de que existem milhares de pessoas e famílias com suas vidas devastadas ou desestruturadas pelo uso, abuso ou dependências de substâncias psicoativas. Estamos querendo estabelecer um diálogo para que essa questão seja encarada com a complexidade a ela inerente e desse modo não contribuirmos, enquanto pessoas e profissionais da Psicologia, para demonização de sujeitos e/ou substâncias inanimadas. Esta atitude tem pouco tem contribuído para avanços ao lidarmos com a questão; de modo contrário, tem produzido muito sofrimento e exclusão social.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia fez uma inspeção visitando 68 comunidades terapêuticas em todo país no final de 2011. Foram encontradas graves violações aos direitos humanos, como castigos e trabalho forçado. A conclusão do relatório é que estas comunidades são espaços de devoção religiosa, onde o tratamento busca substituir a dependência da droga pela submissão a um ideal, com a construção de uma identidade culpada e inferior.

Sabemos que o tratamento em Comunidades Terapêuticas visa à abstinência e a uma vida sem drogas. Porém, diante deste objetivo, é preciso buscar compreender os diferentes significados na vida dos sujeitos, visto que a história das drogas atravessa a própria história da humanidade, não havendo sociedade sem algum tipo de droga. Há mais de cem anos está em pauta uma política de "guerra às drogas" e após tantos anos de combates podemos constatar que há um fracasso na tentativa de erradicar o uso de drogas.

Respeitando as escolhas e decisões tomadas pelos usuários, a Redução de Danos é uma Política de Saúde que tem como objetivo reduzir os riscos e danos associados ao uso de substâncias psicoativas, baseada no respeito à diversidade e escolhas do sujeito. Importante recurso para o tratamento, a Redução de Danos tem eficácia reconhecida e pode servir como um dos primeiros passos para aproximar a(o) usuária(o) dos serviços de saúde, já que não exige abstinência para isso. Também é ferramenta importante para que a(o) usuária(o) possa deslocar-se da posição de "assujeitamento" diante da substância e passe a ser protagonista em seu auto-cuidado, responsabilizando-se por este uso, bem como conscientizando-se das consequências deste na sua vida em todos os contextos.

Mais uma vez, retomando os posicionamentos do nosso Conselho, é importante ressaltar que a profissão de psicóloga(o) é regulamentada e possui um Código de Ética que norteia a sua atuação, observando, em especial, os artigos e alíneas indicados abaixo:

Art. 1º – São deveres fundamentais dos psicólogos:

- b) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente;
- c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;
- l) Levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes deste Código ou da legislação profissional.

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

- a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
- b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;
- d) Acumular-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional;
- e) Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;
- g) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;

Art. 3º – O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código.

Parágrafo único: Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art. 6º – O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos:

- a) Encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação;
- b) Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

Art. 9º – É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Art. 15 – Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais.

§ 1º – Em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.

§ 2º – Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável informará ao Conselho Regional de Psicologia, que providenciará a destinação dos arquivos confidenciais.

1) A Resolução do CFP Nº 001/2009 que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos. Esta Resolução torna obrigatório o registro documental sobre a prestação de serviços psicológicos e garante o caráter sigiloso do mesmo.

2) Condições do local de atendimento da(o) psicóloga(o) dentro da comunidade terapêutica. É essencial que o local onde há a prestação do serviço psicológico tenha isolamento acústico (de modo a preservar o sigilo das informações), iluminação adequada (preferencialmente luz branca quando da aplicação de instrumentos psicológicos) e ventilação suficiente que favoreça a(o) usuária(o) dos serviços. No local deverá haver um armário com chave (de posse de um/a psicólogo/a) para guarda do material relativo aos atendimentos (instrumentos psicológicos, relatórios, registros dos atendimentos, etc).

Convidamos você a conhecer nossa página sobre o tema "Drogas e Cidadania": <http://drogascidadania.cfp.org.br/>.

Nota de posicionamento do CRP-03 a respeito do PL 7663/2010 que acrescenta e altera a lei brasileira sobre drogas

Há mais de cem anos vivemos uma política de “guerra às drogas” com sua comprovada ineficácia. O consumo de drogas não foi erradicado, havendo um aumento do seu consumo nos países latino americanos. Atualmente existe um grande movimento defendendo a descriminalização do uso de drogas para consumo próprio, a exemplo da Comissão Global sobre Drogas e Democracia, compreendendo os fracassos da proibição e buscando novas formas de enfrentar a temática. Sabemos que atualmente existe uma estigmatização da(o)s usuária(o)s de drogas, que acaba afastando-os dos serviços de saúde. A própria criminalização deixa a(o) usuária(o) numa situação de risco e vulnerabilidade, enfrentando preconceitos por parte das equipes de saúde. O Projeto de Lei nº 7663 de autoria do Deputado Osmar Terra é um enorme retrocesso para a política de drogas no Brasil.

A respeito do tratamento, o referido Projeto de Lei pretende colocar a internação (voluntária e involuntária) como pilar do tratamento, o que é um grande retrocesso e subversão dos princípios da Reforma Psiquiátrica. O objetivo do tratamento neste âmbito é a abstinência, sem espaço para importantes conquistas como a redução de danos, política de comprovada eficácia. O PL também lança convênios com instituições privadas, a exemplo das Comunidades Terapêuticas, fragilizando o SUS e ampliando os recursos para instituições privadas de tratamento. Este Conselho de Psicologia, através do GT sobre Psicologia e Usos de Substâncias Psicoativas, posiciona-se em total desacordo a este PL e assina, junto com o CFP e outras entidades, uma carta que será destinada à Presidência da República solicitando que seja retirado da pauta de votação na Câmara dos Deputados o referido Projeto de Lei.

Moções aprovadas pelo plenário do VIII Congresso Regional da Psicologia – etapa Salvador

Moção de Apoio ao Quilombo Rio dos Macacos

A situação que se encontra a comunidade “Quilombo Rios dos Macacos” representa uma afronta às culturas tradicionais, à história dos povos negros e demarca uma posição do Estado de negligência e descaso com os problemas da população, em detrimento a especulação imobiliária, ao capital transnacional aliado aos eventos desportistas e contradiz o discurso de combate à pobreza e respeito aos Direitos Humanos. Esta plenária quer mostrar o seu irrestrito apoio à luta desta comunidade que se estendem as que se encontram nessa mesma situação de vulnerabilidade como os povos indígenas, rurais e moradores de rua deste país.

Moção de Repúdio à Permanência do Deputado Marco Feliciano na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

A sociedade Brasileira, ao longo da sua história, conviveu e convive com momentos de avanço e momentos de retrocessos no que diz respeito à promoção de direitos. Infelizmente vive um momento crucial na luta para assegurar direitos fundamentais e humanos por uma completa falta de respeito às lutas históricas protagonizadas pelas minorias sociais. Foi eleito para presidência da Comissão de Direito Humanos e Minorias da Câmara de Deputados, o deputado Marco Feliciano que se notabilizou por declarações desqualificando e condenando essa minoria, com um discurso de cunho machista, racista e homofóbico. Pelos motivos aqui expostos é que repudiamos a permanência do mesmo na presidência dessa importante Comissão, por que ele não representa essas minorias, assim como não nos representa psicólogas e psicólogos comprometida(o)s com a luta pelos Direitos Humanos.

Eleições:

Olá, Psicólogas!
Olá, Psicólogos!

Comunicamos que você já pode simular o seu voto para as eleições 2013 (treino para votação pela internet) no site oficial das eleições www.eleicoespsicologia.cfp.org.br. Lembremos que a partir do dia 17.08.2013 todos(as) psicólogos(as) adimplentes que votem por internet poderão gerar sua senha neste site. A(o)s inadimplentes que votem pela internet que não regularizarem sua situação até o dia 20.08.2013 não conseguirão votar pela internet de equipamento particular. Poderão votar, apenas, nos postos de votação, no dia 27/08/2013.

Edital de convocação das eleições Triênio 2013 a 2016

O Conselho Regional de Psicologia da Bahia – CRP/03, por meio da Comissão Regional Eleitoral constituída na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de janeiro de 2013, torna público as eleições para os representantes deste Conselho, gestão 2013 – 2016, que, em conformidade com a Lei nº 5.766/71 e a Resolução CFP nº 015/2012, serão realizadas via web nos dias vinte e seis (26) e vinte e sete (27) de agosto de 2013, juntamente com a Consulta Nacional para indicação dos membros efetivos e suplentes do CFP, observados os requisitos estabelecidos pelo Regimento Eleitoral:

1. CONSULTA NACIONAL:

A candidatura far-se-á em chapa nacional, na qual deverão constar 11 (onze) membros efetivos e 11 (onze) suplentes, candidatos aos 09 (nove) cargos efetivos e respectivos suplentes do Conselho Federal de Psicologia.

Os candidatos podem estar inscritos em qualquer Conselho Regional, com exceção dos que concorrem aos cargos de Diretores Regionais, que devem ter inscrições principais, mesmo que provisória, em CRPs das respectivas regiões geográficas que representam. Os candidatos não podem concorrer simultaneamente a cargo do CRP e do CFP, nem figurar em chapa regional como candidato ao CFP. As inscrições de chapas ocorrerão a partir da publicação deste edital até o dia de encerramento do VIII Congresso Nacional de Psicologia.

2. ELEIÇÕES DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA – CRP-03

Serão providos os cargos de 09 (nove) conselheiros titulares e 09 (nove) conselheiros suplentes, devendo as chapas apresentar igual número de candidatos. As inscrições de chapas deverão ser encaminhadas à Comissão Regional Eleitoral, por meio de requerimento firmado pelo encabeçador da chapa, acompanhado de declarações de concordância e de elegibilidade assinadas pelos demais integrantes.

A Comissão Regional Eleitoral receberá os pedidos de inscrição de chapas, na sede do CRP-03, a partir da data de publicação deste edital até o encerramento do Congresso Regional de Psicologia, às 18h do dia 14 de abril de 2013, no próprio local do evento. Todo e qualquer esclarecimento referente ao processo eleitoral poderá ser obtido na sede do Conselho

Regional de Psicologia da Bahia CRP-03, junto à Comissão Regional Eleitoral.

O voto é pessoal, obrigatório e não será aceito por procuração. O psicólogo que não votar deve apresentar justificativa por escrito no prazo de sessenta (60) dias contados da realização do pleito, sob pena de aplicação de multa prevista na legislação vigente. O voto é facultativo para pessoas com mais de setenta (70) anos.

A Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia e as Eleições para o Conselho Regional de Psicologia da Bahia CRP-03 ocorrerá de duas formas, por correspondência e via web. Os psicólogos domiciliados em cidades do interior deverão votar por correspondência sob registro postal e o voto apenas será computado se chegar à sede do CRP-03 até o encerramento da votação, no dia 27 de agosto de 2013 às 17:00 horas, sendo este o único critério para esse fim, excluindo-se todos os demais, inclusive a data de postagem.

Os psicólogos domiciliados em Salvador deverão votar via web, as eleições serão iniciadas no dia vinte e seis (26) de agosto de 2013 às oito (08) horas, que serão encerradas no dia vinte e sete (27) de agosto de 2013 às dezessete (17) horas. Estarão disponíveis postos de votação via web, na sede do Conselho Regional de Psicologia da Bahia - 3ª Região, situada à Rua Aristides Novis, 27, Federação, Salvador-BA, no dia vinte e sete (27) de agosto de 2013, de oito (08) horas às dezessete (17) horas.

As disposições supracitadas estão em conformidade com os termos da Resolução CFP nº 015/2012 que aprova o Regimento Eleitoral do Conselho Federal de Psicologia, devendo participar das mesmas todos os psicólogos regularmente inscritos no CRP-03.

Salvador, 05 de fevereiro de 2013.

ELAINE CRISTINA SILVA

PRESIDENTE E MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO REGIONAL ELEITORAL DO CRP-03

Conselho Regional de Psicologia da Bahia – Crp-03

Segunda retificação do edital de convocação das eleições

Triênio 2013-2016

O Conselho Regional de Psicologia da Bahia – CRP-03, por meio da Comissão Regional Eleitoral constituída em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de janeiro de 2013, retifica o Edital de Convocação das Eleições e a Retificação do Edital de Convocação publicados, respectivamente, nos dias seis de fevereiro e nove de abril, do ano presente, no que concerne a votação via web e por correspondência, em cumprimento ao disposto no Ofício nº. 108-13 do Conselho Federal de Psicologia, a Lei nº. 5.766/71, a Resolução CFP nº. 015/2012 e a Resolução nº. CFP 020-2010.

Mantêm-se a votação via web para a(o)s psicóloga(o)s domiciliados na sede, na cidade de Salvador, e em uma cidade de cada subsele. As oito subsele e as respectivas cidades são: Extremo Sul: Teixeira de Freitas, Sudoeste: Vitória da Conquista, Chapada: Irecê, Oeste: Barreiras, São Francisco: Paulo Afonso, Santa Cruz: Itabuna, Recôncavo: Alagoinhas e Sertão: Feira de Santana. Em todas as cidades acima citadas serão disponibilizados postos de votação via web.

Em cumprimento ao Ofício CFP 0108-13, determina-se a ampliação da votação via web para os psicólogos domiciliados nas cidades a seguir, que deverão votar por equipamento particular ou presencialmente, no terminal de votação via web do respectivo posto de votação, instalado na sede ou subsele.

SEDE: Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho.

SUBSEDES: Extremo Sul: Teixeira de Freitas. | Sudoeste: Vitória da Conquista, Anagé, Barra do Choça e Planalto. | Chapada: Irecê, Canarana, Central, Ibipecta, Ibititá, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí.

Oeste: Barreiras, Angical, Catolândia e São Desidério. | **São Francisco:** Paulo Afonso e Glória. | **Santa Cruz:** Itabuna, Barro Preto, Brejões, Buerarema, Floresta Azul, Governador Lomanto Junior, Ibicaraí, Ilhéus, Itajuípe, Itapê, Olivença, São José da Vitória e Uruçuca.

Recôncavo: Alagoinhas, Araçás, Arimari, Catu, Entre Rios, Inhambupe, Ouriçangas, Pedra, Pojuca e Teodoro Sampaio. | **Sertão:** Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Anguera, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos e Serra Preta.

A(o)s psicóloga(o)s domiciliados nas demais cidades do Estado da Bahia deverão votar por correspondência, sob registro postal. Os locais dos postos de votação via web serão oportunamente divulgados nos meios de comunicação utilizado pelo CRP-03.

Mantêm-se as demais disposições presentes no Edital de Convocação das Eleições, publicado em seis de fevereiro do ano presente.

Salvador, 24 de maio de 2013

ELAINE CRISTINA SILVA

PRESIDENTE E MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO REGIONAL ELEITORAL DO CRP03

A "Segunda Retificação do Edital de Convocações das Eleições", publicada em 24 de maio de 2013 contempla todas as informações contidas na "Retificação do Edital de Convocação das Eleições", publicado em 09 de abril de 2013. [c1]

Conselho Regional de Psicologia da Bahia – Crp-03

Edital de registro das chapas

Triênio 2013-2016

O Conselho Regional de Psicologia da Bahia - CRP-03, por meio da Comissão Regional Eleitoral constituída em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de janeiro de 2013, torna pública a chapa registrada para a eleição do Conselho Regional de Psicologia da Bahia – CRP-03 e as Chapas registradas para a Consulta Nacional ao Conselho Federal de Psicologia - CFP, triênio 2013/2016, que serão realizadas pela internet e por correspondência nos dias 26 (vinte seis) e 27 (vinte sete) de agosto de 2013, em conformidade com a Lei nº. 5.766/71 com a Resolução CFP nº. 015/2012, que aprova o Regimento Eleitoral e pelo ofício nº. 108-13 do Conselho Federal de Psicologia.

ELEIÇÃO - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP-03

CHAPA 11 - CUIDAR DA PROFISSÃO

	Efetivos	Inscrição	Cargo		Suplentes	Inscrição	Cargo
01	Liliane Alves da Luz Teles	CRP03/6829	Presidente	10	Marta Campos	CRP03/IP10180	Suplente
02	Emmilia Di Paula Carvalho	CRP03/5427	Vice-presidente	11	Eurenildes Reis Ferreira	CRP03/1398	Suplente
03	Clarissa Paranhos Guedes	CRP03/9706	Secretário	12	Sylvia Regina Rocha Lemos	CRP03/1032	Suplente
04	Rogério da Silva Abilio	CRP03/3208	Tesoureiro	13	Denise Viana Silva	CRP03/9620	Suplente
05	Carlos Vinícius Gomes Melo	CRP03/6732	Efetivo	14	Samir Perez Mortada	CRP03/3708	Suplente
06	Eurisa Maria de Santana	CRP03/0835	Efetiva	15	João Mendes de Lima Junior	CRP03/5515	Suplente
07	Denize Tavares Macedo	CRP03/6686	Efetiva	16	Marinês Santos de Oliveira	CRP03/6586	Suplente
08	Daniele Carmo Queiroz	CRP03/8905	Efetiva	17	Victor Brandão Ribeiro	CRP03/3723	Suplente
09	Verena Souza Souto	CRP03/8363	Efetiva	18	Jonsos Nunes Júnior	CRP03/3383	Suplente

CONSULTA - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP

CHAPA 21 - RENOVACÃO: COMPROMISSO COM A PROFISSÃO

	Efetivos	Inscrição	Cargo		Suplentes	Inscrição	Cargo
01	Carla Maria Manzi Pereira Baracat	CRP01/4377	Presidente	12	Leandro Fernandez Malloy-Diniz	CRP04/15512	Suplente
02	Alan Ricardo Sampaio Galleazo	CRP08/4768	Vice-presidente	13	Oclair José Pavesi	CRP12/00899	Suplente
03	Edna Silva dos Santos	CRP15/2172	Secretário	14	João Ricardo Lebert Cozac	CRP06/46314	Suplente
04	Marcos Aurelio Laidane	CRP08/00314	Tesoureiro	15	Mônica Carolina Miranda	CRP06/47655	Suplente
05	Francinete Freire Batista	CRP20/00324	Secretário Região Norte	16	Lais Reis de Castro	CRP20/1092	Suplente Região Norte
06	Rodrigo Pontes Mello	CRP02/12736	Secretário Região Nordeste	17	Rodrigo Tavares de Melo	CRP13/5847	Suplente Região Nordeste
07	Glauber Vieira Ferreira	CRP01/06794	Secretário Região Centro-Oeste	18	Marília Soares Arantes de Mello	CRP01/2911	Suplente Região Centro-Oeste
08	Maria de Fátima Franco dos Santos	CRP06/7316	Secretário Região Sudeste	19	Márcia Oliveira de Menezes Pinto	CRP06/11598	Suplente Região Sudeste
09	Rochelle Paz Fonseca	CRP07/15133	Secretário Região Sul	20	Karine Belmont Chaves	CRP08/09262	Suplente Região Sul
10	Ana Maria Martins Serra	CRP06/48738	Conselheiro 1	21	Andréa Paula Piva	CRP06/51087	Suplente Conselho 1
11	Selene Franco Barreto	CRP05/13631	Conselheiro 2	22	Andréa Elisa Garcia de Oliveira	CRP06/98102	Suplente Conselho 2

CHAPA 22 - FORTALECER A PROFISSÃO

	Efetivos	Inscrição	Cargo		Suplentes	Inscrição	Cargo
01	Mariza Monteiro Borges	CRP01/0083	Presidente	12	Silvana Carneiro Maciel	CRP13/180	Suplente
02	Rogério de Oliveira Silva	CRP04/14209	Vice-presidente	13	Eliandro Rômulo Cruz Araújo	CRP11/03597	Suplente
03	Maria da Graça Corrêa Jacques	CRP07/00023	Secretário	14	Viviane Moura de Azevedo Ribeiro	CRP09/4778	Suplente
04	Sergio Luis Braghini	CRP08/15660	Tesoureiro	15	Jacqueline de Oliveira Moreira	CRP04/10436	Suplente
05	Dorotéia Albuquerque de Cristo	CRP10/152	Secretário Região Norte	16	Madge Porto Cruz	CRP20/01061	Suplente Região Norte
06	Meire Nunes Viana	CRP11/919	Secretário Região Nordeste	17	João Carlos Alchieri	CRP17/1301	Suplente Região Nordeste
07	Inara Barbosa Leão	CRP14/1274	Secretário Região Centro-Oeste	18	Vera Lucia Morcelli	CRP09/191	Suplente Região Centro-Oeste
08	Lurdes Perez Oberg	CRP05/09170	Secretário Região Sudeste	19	Sandra Luzia de Souza Alencar	CRP06/40951	Suplente Região Sudeste
09	João Baptista Fortes de Oliveira	CRP08/0173	Secretário Região Sul	20	Roberto Moraes Cruz	CRP12/1418	Suplente Região Sul
10	Nadia Maria Dourado Rocha	CRP03/812	Conselheiro 1	21	Maria Augusta Rondas Speller	CRP18/00127	Suplente Conselheiro 1
11	Rosano Freire Carvalho	CRP02/6818	Conselheiro 2	22	Jefferson de Souza Bernardes	CRP15/2491	Suplente Conselheiro 2

CHAPA 23 - CUIDAR DA PROFISSÃO

	Efetivos	Inscrição	Cargo		Suplentes	Inscrição	Cargo
01	Carla Biancha Angelucci	CRP06/57074	Presidente	12	Clélia Rosane dos S. P. Zerbini	CRP08/07575	Suplente
02	Monalisa Nascimento dos Santos Barros	CRP03/01150	Vice-presidente	13	Elana Olinda Alves	CRP05/24612	Suplente
03	Ana Luiza de Souza Castro	CRP07/3718	Secretário	14	Lourdes A. Machado	CRP04/7090	Suplente
04	Sandra M. F. de Amorim	CRP14/0497	Tesoureiro	15	Roberta F. Lemos	CRP06/82984	Suplente
05	Selma de Jesus Cobra	CRP20/00362	Secretário Região Norte	16	Ana Cleide G. Moreira	CRP10/090	Suplente Região Norte
06	Ionara Dantas Estevam	CRP17/1744	Secretário Região Nordeste	17	Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Júnior	CRP13/6151	Suplente Região Nordeste
07	Regina L. A. Pedroza	CRP01/5777	Secretário Região Centro-Oeste	18	Kássia K. G. Silva	CRP09/5756	Suplente Região Centro-Oeste
08	Marilene Proença Rebello de Souza	CRP06/6133	Secretário Região Sudeste	19	Márcia Mansur Saadallah	CRP04/12684	Suplente Região Sudeste
09	Alayde Maria Pinto Digiovanni	CRP08/1490	Secretário Região Sul	20	Eliz Marine Wiggers	CRP12/06633	Suplente Região Sul
10	Pedro P. G. Bicalho	CRP05/26077	Conselheiro 1	21	Ana Hirlene de Brito Correia Oliveira	CRP11/04002	Suplente Conselheiro 1
11	Maria Cristina B. M. Pellini	CRP06/2707	Conselheiro 2	22	Giovanna Marafon	CRP05/30781	Suplente Conselheiro 2

As eleições para o Conselho Regional de Psicologia da Bahia - CRP-03 e a Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia - CFP, via internet, serão iniciadas no dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2013 às 08:00 (oito) horas e serão encerradas no dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2013 às 17:00 (dezoito) horas.

Os postos de votação - espaços físicos com computadores para votação presencial pela internet, como uma opção de votação caso o profissional não tenha um computador particular para votar - estarão disponíveis no dia 27 de agosto de 2013 das 08:00 (oito) horas às 17:00 (dezoito) horas, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país.

A relação das Zonas Eleitorais existentes na Sede e em uma cidade de cada Subsele é a seguinte:

SEDE: Salvador**SUBSEDES:**

Extremo Sul: Teixeira de Freitas
Sudoeste: Vitória da Conquista
Chapada: Irecê
Oeste: Barreiras
São Francisco: Paulo Afonso
Santa Cruz: Itabuna
Recôncavo: Alagoinhas
Sertão: Feira de Santana.

Estarão disponíveis postos de votação nas seguintes cidades e endereços:

SEDE: - em Salvador, na sede do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região, na Rua Aristides Novis, nº 27, Federação, CEP: 40.210-630;

SUBSEDES:

- em Vitória da Conquista, no Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima - Sala da Academia Conquistense de Letras, na Avenida Rosa Cruz, nº 45, Recreio, CEP: 45.000-000;
- em Teixeira de Freitas, na Faculdade Pitágoras, na Avenida Kubitschek, nº 3000, BR-101, Km 879, CEP: 45.996-220;
- em Irecê, na Universidade Federal da Bahia - UFBA, na Avenida Coronel Terêncio Dourado (antigo Projeto Rondon), CEP: 44.900-000;
- em Barreiras, no Palácio das Artes, na Praça Castro Alves s/nº, CEP: 47.800-220;
- em Paulo Afonso, na Universidade Estadual da Bahia - UNEB, na Rua do Gangorra, nº 503, CEP: 48.608-240;
- em Itabuna, na Câmara dos Vereadores de Itabuna, na Avenida Aziz Maron, s/nº, Jardim Vitória, CEP: 45.605-470;
- em Alagoinhas, na Faculdade Regional da Bahia Campus de Alagoinhas - UNIRB, na Rua Manoel Romão, Alagoinhas Velha, CEP: 48.030-530 e

- em Feira de Santana, na Clínica Escola de Psicologia da Faculdade Nobre - PSICOFAN, na Rua Felinto Marques Cerqueira, nº 195, Capuchinhos, CEP: 44.076-040.

Votarão pela internet as seguintes cidades:

SEDE:

Salvador: Lauro de Freitas e Simões Filho.

SUBSEDES:

Extremo sul: Teixeira de Freitas.
Sudoeste: Vitória da Conquista, Anagé, Barra do Choça e Planalto.
Chapada: Irecê, Canarana, Central, Ibipêba, Ibititã, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí.
Oeste: Barreiras, Angical, Catolândia e São Desidério.
São Francisco: Paulo Afonso e Glória.
Santa Cruz: Itabuna, Barro Preto, Brejões, Buerarema, Floresta Azul, Governador Lomanto Junior, Ibicarai, Ilhéus, Itajupe, Itapé, Olivença, São José da Vitória e Uruçuca.
Recôncavo: Alagoinhas, Araçás, Arimari, Catu, Entre Rios, Inhambuê, Ouricangas, Pedra, Pojuca e Teodoro Sampaio.
Sertão: Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Anguera, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos e Serra Preta.

Os Psicólogos domiciliados nas demais cidades do interior da Bahia deverão votar por correspondência, sob registro postal para Salvador e o voto apenas será computado se chegar à sede do CRP-03 até o encerramento da votação, no dia 27 de agosto de 2013 às 17:00 horas, sendo este o único critério para esse fim, excluindo-se todos os demais, inclusive a data da postagem.

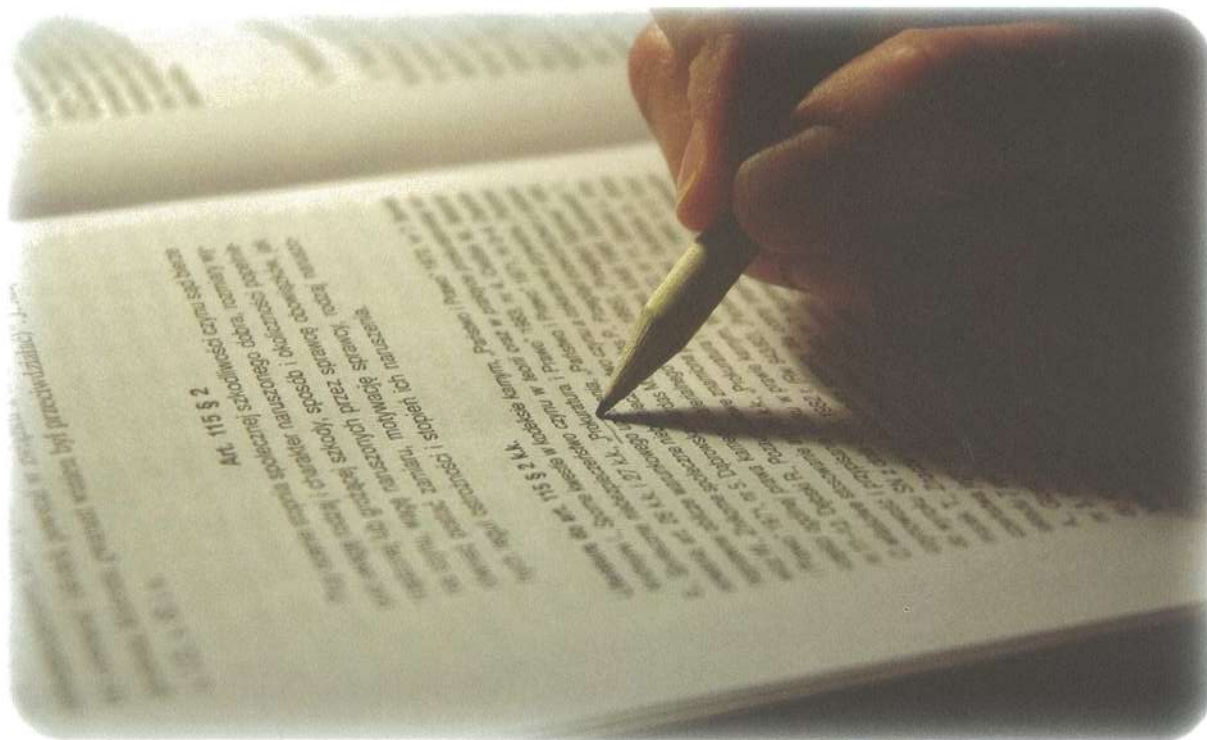
O voto é pessoal, obrigatório e não será aceito por procuração. A(o) psicóloga(o) que não votar deve apresentar justificativa por escrito, no prazo de sessenta 60 (sessenta) dias contados da realização do pleito, sob pena de aplicação de multa prevista na legislação vigente. O voto é facultativo para pessoas com mais de 70 (setenta) anos.

Salvador, 04 de julho de 2013.

ELAINE CRISTINA SILVA

PRESIDENTE E MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO REGIONAL ELEITORAL DO CRP-03.

Formação ética na graduação



A ética trata-se de uma das competências indispensáveis para o desenvolvimento de uma atuação qualificada em qualquer profissão, contudo, na Psicologia, adquire um papel peculiar e preponderante. Dentre as grandes responsabilidades da(o) psicóloga(o) está a necessidade de um posicionamento crítico e de manutenção do sigilo, resguardando a dignidade e os direitos da(o)s usuária(o)s dos serviços. Essa é a lógica de proteção imediatamente vinculada ao fazer psicológico e possui extrema relevância, todavia muitas das especificidades que circundam a postura ética da(o)s profissionais de Psicologia são desconhecidas e a precariedade da formação na graduação muito mais que favorece esse cenário, o produz.

A academia comumente falha quando da construção de competências na(o)s futura(o)s profissionais, muitas vezes oferecendo uma gama de informações teóricas, entretanto pecando na construção do conhecimento e no desenvolvimento de competências significativamente úteis à prática profissional, com olhos à consolidação de uma prática comprometida. Neste contexto, o sigilo profissional é repetidamente enfatizado porém, trabalhado de uma maneira superficial, e a ética é muitas vezes restringida ao mesmo.

Compreendo e assevero a importância do sigilo profissional entendendo-o como uma das esferas da ética, contudo esta é mais ampla referindo-se, a meu ver, ao desenvolvimento de uma postura comprometida com as pessoas que nos relacionamos, quer seja no nível pessoal ou profissional. Logo, entendo que o posicionamento ético não é ensinado nas Instituições de Ensino Superior, e sim construído na história de vida da pessoa, devendo ser, por assim dizer, lapidado, por exemplo, durante a graduação.

Essa é a função precípua da Academia no que concerne à ética: a partir das competências éticas já apresentadas pelo alunado, construindo conhecimentos teórico-práticos e técnico-científicos pertinentes para qualificar a atuação profissional. É neste aspecto que muitas vezes a formação em Psicologia deixa a desejar, uma vez que não adentra aspectos mais aprofundados sobre o fazer psicológico pautado na ética.

Neste sentido, a(o) aluna(o) de Psicologia, durante a graduação e quiçá após a mesma, não tem contato com saberes indispensáveis para auxiliar a postura ética na prática profissional. Exemplo disso, ousei citar, a ausência de conteúdos referentes ao Sistema Conselhos de Psicologia na formação da(o) psicóloga(o). Sendo o Conselho Federal (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), autarquias que servem para orientar, fiscalizar e disciplinar a atuação da(o) profissional nada mais agradável que inserir na graduação assuntos que permitam compreender o papel do Sistema Conselhos, bem como conhecer a legislação que respalda e orienta a atuação profissional e que é, geralmente, promulgada pelo CFP — As resoluções da Autarquia são legislações profissionais. Pode parecer que essa relação entre formação, Sistema Conselhos e legislação profissional é simples, no entanto tal suposição trata-se de um ledor engano.

Analisando os processos éticos e preliminares éticos em tramitação no CRP-03 nos anos de 2012 e 2013, um total de 47,05% das denúncias está relacionada a questões referentes à produção de documentos provenientes de avaliação psicológica. Isso prova o

despreparo de profissionais e desconhecimento básico da legislação, pois nos referidos processos nenhum dos relatórios ou pareceres encontra-se em consonância com as determinações da Resolução do CFP nº 007/2003, a qual institui o manual para elaboração de documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica.

A referida Resolução versa sobre conteúdo e estrutura dos diferentes documentos e destaca que o não seguimento das proposições ali tecidas configura-se falta ética passível de imputação de penalidade na forma da Lei. Não obstante, é grande o número de psicóloga(o)s que demonstra desconhecer a Resolução e outras tantas determinações do Código de Ética. Isso revela tanto o problema adjacente à formação durante a graduação em Psicologia, como o despreparo da(o) profissional que, além de tudo, não busca atualizar-se através de formação continuada ou sequer utiliza-se do CFP e dos CRPs para buscar orientação, ficando à mercê do desconhecimento.

Além da produção de documentos escritos, é comum o envolvimento de psicóloga(o)s em questões judiciais relacionadas à guarda de filha(o)s por motivo de separação de casal; ou à adoção. Da porcentagem acima destacada, 41,17% citam a questão da produção de documentos escritos, mas também apresentam motivação relacionada ao posicionamento da(o) psicóloga(o) em relação a questões de guarda ou adoção.

Esses são dados importantes para propiciar uma reflexão na(o) profissional que, muitas vezes, não por má fé, todavia por desconhecimento, se percebe envolvida(o) numa denúncia por falta ética, por exemplo. O fato é que não se pode negar o desconhecimento da legislação, por conseguinte a falta da má fé não desfaz a responsabilidade da(o) psicóloga(o) na manutenção da ética profissional e na promoção da dignidade humana.

Isso sugere que uma série de estratégias deve ser desenvolvida para trabalhar a problemática, a fim de apresentar mudanças reais e positivas no quadro. É necessária uma revisão e reformulação na maneira como ocorre a graduação em Psicologia; é indispensável o desenvolvimento de um novo posicionamento do Sistema Conselhos e a da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), junto ao Ministério da Educação, bem como o estreitamento da relação entre Sistema Conselhos e a categoria profissional e vice-versa. Por fim, mas não menos relevante, é premente que a(o)s mais de 232 mil psicóloga(o)s brasileira(o)s definam um posicionamento crítico, atuante e responsável, percebendo-se como cidadã(o)s ativa(o)s, protagonistas da história da Psicologia e respondam pelo seu desenvolvimento como ciência e profissão. Entre o discurso e a ação pode não haver necessidade de tantos passos, mas é indispensável um começo que não deve ser adiado e deve ser sempre iniciado coletivamente, pois só assim teceremos novas construções e alcançaremos o posicionamento ético tão imprescindível à vida em sociedade, ao desenvolvimento e consolidação constantes da Psicologia.

Emmília Di Paula (CRP-03/5427)
Conselheira do XIII Plenário

A reestruturação da metodologia de Pesquisa CREPOP

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) surgiu em 2006 apresentando uma nova perspectiva sobre o compromisso social da Psicologia. O CREPOP vem dando visibilidade à atuação de profissionais comprometida(o)s com a realidade social e com os Direitos Humanos, não só através da melhoria no atendimento à(o) cidadã(o), mas também, na formulação e implementação das políticas públicas.

As ações do CREPOP nos regionais são coordenadas nacionalmente. Existem no total 20 unidades, distribuídas pelo Brasil nos Conselhos Regionais de Psicologia. Tal estratégia, ao mesmo tempo em que garante a manutenção de uma unidade, permite que as especificidades na prática profissional de cada região do país estejam presentes nos Documentos de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas publicados visando orientar a prática da(o) psicóloga(o) neste campo.

Os documentos de referência são resultados da investigação da prática profissional. Em 2010, foram pesquisados 21 campos de atuação e disponibilizados para categoria à medida que foram sendo concluídos os seus levantamentos: Marcos Lógicos e Legais, Descritivos quantitativos, Relatórios Qualitativos, além das Referências Técnicas finais e das devolutivas realizadas pelos regionais à categoria e à sociedade, entre outras ações políticas através dos Grupos de Trabalho e das Comissões dos CRPs.

O processo investigativo diz respeito à construção e atualização de um banco de dados com informações referenciadas, inclusive geograficamente, acerca de psicóloga(o)s, legislações, documentos, programas e entidades que desenvolvem ações no campo das políticas públicas. Essas informações servirão de subsídio às intervenções e à produção de documentos de referência para a atuação profissional nesse campo. Durante a investigação da prática, a(o)s técnica(o)s de pesquisa do CREPOP, para além das especificidades dos regionais, lidam com diversidades nas próprias políticas públicas, resultando em uma dificuldade de delimitar o campo de investigação, devido às diferentes formas de estruturação e implementação das políticas públicas no país. Desse modo, foi preciso buscar a adequação dos instrumentos de coleta ao campo que se pretendia investigar.

Neste contexto, e buscando manter uma padronização nos procedimentos de coleta, o CREPOP se reuniu em 2011 para reestruturar a sua metodologia de pesquisa a partir



de comparação desta prática com a atuação daquela(s) que se encontram diretamente ligada(s) ao Estado (em serviços, órgãos e instituições do Estado). O segundo circuito consiste na coleta de dados junto a(o)s psicóloga(o)s e aos locais onde ocorre a atuação referente ao campo investigado. Para isso, são utilizados diferentes instrumentos que permitam o contato direto com esta(s) profissionais que atuam na política. Esse circuito termina com a sistematização dos dados obtidos e a elaboração dos relatórios da pesquisa, quantitativo e qualitativo.

Ainda de acordo com o documento técnico, na realização deste circuito uma preocupação presente era "de que forma poder-se-ia garantir o caráter nacional da pesquisa, quais instrumentos de coleta deveriam ser utilizados para produzir informações comparáveis e que possam ser sistematizadas, afinal, são hoje 20 unidades do CREPOP investigando a prática da(o)s psicóloga(o)s em políticas públicas no Brasil.

A estratégia utilizada pela coordenação nacional foi investir em treinamento e capacitação da(o)s técnica(o)s de pesquisa, mas, agora, não só para aprimorar e qualificar as atividades de pesquisa, mas também estratégias específicas, necessárias de acordo com o campo pesquisado e das particularidades de cada região. Ainda nesse sentido foi ampliada a lista de instrumentos de pesquisa.

As atividades de pesquisa dividem-se entre a Coordenação Nacional e as Regionais. Cabendo à primeira a realização da Pesquisa online através de questionário disponibilizado no site do CREPOP. Às Regionais cabe a realização de entrevista com Gestores macro da Política (um(a) secretário(a) estadual ou municipal), Gestores dos serviços (coordenadores de serviços que tenha atuação de psicóloga(o)s e psicólogo(o)s, além de realizar a Pesquisa Qualitativa em Grupo, tanto com profissionais de Psicologia como com equipes multiprofissionais e Rodas de Conversa, culminando com a elaboração de Relatórios Regionais contendo os dados a serem sistematizados nacionalmente. A Sistematização dos Dados, por sua vez, é realizada pelo Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação - GPME, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através da produção de relatórios e de um roteiro com os principais pontos a serem abordados para subsidiar o trabalho da Comissão ad-hoc que irá redigir o Documento de Referência.

No terceiro circuito ocorre a elaboração do documento de referência para a prática da(o) psicóloga(o) no campo de política pública investigado. Para esta etapa do trabalho acrescentou-se a participação da(o)s técnica(o)s de pesquisa do CREPOP, que antes tinham participação limitada às atividades do regional. Com a reestruturação da metodologia, o CREPOP passa, também, a compor a Comissão de Elaboração do Documento formada por especialistas – reconhecid(a)s por suas qualificações técnicas e científicas e por, pelo menos, um(a) conselheiro(a) do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Na oportunidade, a equipe CREPOP-03 aproveita para agradecer a toda(o)s que contribuíram com o nosso trabalho, seja participando das pesquisas, das consultas públicas das versões preliminares dos documentos ou divulgando os documentos já publicados, entre referências para gestores, profissionais e práticas inovadoras, totalizando 17 documentos disponíveis no site do CREPOP e no blog do CREPOP 03.

Referências

Texto: Reestruturação da metodologia de pesquisa do Crepop: Documento técnico para Assembleia de Políticas, Administração e Finanças – CFP- CREPOP, Brasília 2011.

Glória Pimentel CRP-03/198457 (Técnica de Pesquisa do CREPOP-03 e Anne Costa (Estagiária de Psicologia)



das conclusões da Reunião Nacional em 2010 encaminhadas à Assembleia das Políticas, Administração e Finanças (APAF) que além de aprovar, criou uma Comissão ad-hoc e a realizou um Seminário Nacional de Metodologia.

A partir daí, o processo investigativo foi dividido em Três Circuitos. O primeiro consiste no recorte do campo da política em questão, envolvendo do objeto, pesquisa bibliográfica sobre legislações, documentos, programas e entidades do tema. Esse circuito conta também com um retrato da distribuição da política em todo país. Segundo o documento técnico para Assembleia de Políticas, Administração e Finanças uma questão quanto à delimitação do campo é: deve-se ou não abranger o chamado "terceiro setor" para as pesquisas sobre a atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas?

Como resultado de muitos debates, foi considerado que a execução das Políticas Públicas tem acontecido de maneiras diferentes nos estados, inclusive com a transferência da execução dessas políticas para organizações da sociedade civil e/ou terceiro setor. Sendo assim, não se poderia descartar tal tipo de ação na investigação. Ademais, faz-se necessário pesquisar a(o)s psicóloga(o)s que atuam em políticas públicas desenvolvidas por essas organizações, principalmente para levantar informações sobre a prática desta(s) profissionais, localizada(s) fora da estrutura estatal, além de proporcionar condições



Formação em Psicologia: construção coletiva de um compromisso social

Antes mesmo de ser regulamentada, a Psicologia era exercida especialmente por médica(o)s, filósofa(o)s e profissionais relacionada(o)s à educação. Na década de 30, a disciplina era obrigatória somente nos cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia, tornando-se presente em todas as licenciaturas quando a Universidade de São Paulo criou uma cadeira específica para a matéria.

Segundo o Diretor do Instituto de Psicologia da UFBA, Antônio Marcos Chaves (CRP-03/1227), a primeira organização representativa da categoria foi a "Associação Brasileira dos Psicólogos", criada em 1954. "A Associação Brasileira dos Psicólogos" elaborou o Anteprojeto de Lei com a finalidade de normatizar a profissão de Psicólogo, como era denominada anteriormente. Neste período, existia um movimento de regulamentação da profissão que promovia encontros em diversas partes do país, inclusive no estado da Bahia, a fim de delinear os limites de atuação e determinar os espaços específicos da Psicologia", falou. Este movimento foi uma das principais articulações para a formalização da Lei nº 4.119, em 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo(o).

Ao mesmo tempo em que haviam movimentos na luta pela defesa do campo profissional ainda ocupado por médica(o)s, surgiram os primeiros cursos de Psicologia, com a primeira turma de formanda(o)s em 1960, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No entanto, com o Golpe Militar de 1964, todo o empenho de consolidação da profissão foi atrasado por conta do estabelecimento de um regime autoritário e opressor. Foi neste momento que o Ministério da Educação determinou alterações no currículo instituindo a Psicologia Comunitária. Para Chaves, esta posição deu-se por conta do desejo de conseguir o desenvolvimento de mecanismos objetivando ingressar em diferentes grupos da sociedade, de modo atraí-los para a forma de governo instituída naquela época. "Este projeto do governo não foi admitido por entendermos que se tratava de uma estratégia de manipulação de massas", lembrou.

"A(o)s psicóloga(o)s ainda estão bastante perdida(o)s, pois não tiveram uma formação para atender a esta demanda, mas estão organizando suas práticas, de forma que nós já temos um conhecimento importante produzido a partir de atuações mais sociais"

Antônio Marcos Chaves



No estado da Bahia, atualmente, existem 34 Faculdades/Universidades que oferecem o curso de Psicologia. Em Salvador e região metropolitana estão 18 destas instituições e 16 estão situadas no interior do estado, como nas cidades de Alagoinhas, Barreiras, Cachoeira, Feira de Santana, Guanambi, Itabuna, Jequié, Parapiranga, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

* Dados do CRP-03

De acordo com o psicólogo, por volta da década de 70, o ensino superior brasileiro passou por diversas transformações em consequência da reorganização da Universidade e do estímulo à privatização do ensino: "o resultado disso foi o aparecimento de instituições sem controle e com uma formação de estudantes que deixava a desejar".

Conforme os dados do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) existem atualmente 34 cursos de Psicologia em todo o estado, sendo que 18 se concentram na cidade de Salvador e região metropolitana e 16 estão em faculdades no interior da Bahia. Antônio Marcos ainda pontuou algumas mudanças no perfil do profissional de Psicologia. Se a(o)s psicóloga(o)s centravam mais o trabalho na Psicologia Clínica, Organizacional e Educacional, hoje, novos campos de atuação estão surgindo e o caminho é a socialização da Psicologia. "Cada vez mais descobrimos que é preciso atuar para o empoderamento da(o) cidadã(o) e para uma atuação multidisciplinar levando seu trabalho para fora dos consultórios, de modo que, a(o) profissional se aproxime verdadeiramente das questões sociais e pessoais dos indivíduos", enfatizou.

Muitos cursos de Psicologia têm reformulado suas grades curriculares buscando atender a essa demanda da sociedade incluindo a discussão de políticas públicas durante a formação da(o) estudante de Psicologia. "A(o)s psicóloga(o)s ainda estão bastante perdida(o)s, pois não tiveram uma formação para atender a esta demanda, mas estão organizando suas práticas, de forma que nós já temos um conhecimento importante produzido a partir de atuações mais sociais", finalizou.

"O mais importante é que a graduação superior forme cidadã(o)s motivada(o)s e profundamente implicada(o)s no seu papel de agentes de transformação social. Mais do que inserir na formação em Psicologia disciplinas específicas, o que interessa de fato é que a(o) estudante seja estimulada(o) a pensar criticamente o papel da(o) psicóloga(o) dentro de uma sociedade extremamente desigual"

Luciana França

Novas áreas de atuação da(o) psicóloga(o)

Nos últimos anos, a Psicologia que possuía áreas de atuação tradicionais como Clínica, Educacional e Organizacional, passou a configurar também em trabalhos com Mobilidade Urbana, Habitação, Defesa Civil, Atuação na Política de Assistência Social, entre outras. De acordo com Luciana França (CRP-03/3277), Mestra em Políticas Públicas, o surgimento destas novas áreas é decorrente do processo de democratização do país e o consequente reposicionamento da Psicologia diante das demandas sociais.

Com o surgimento dessas áreas e com os novos direcionamentos tomados pela Psicologia, a questão sobre a formação da(o)s futura(o)s psicóloga(o)s e o exercício da profissão nestes recentes campos de atuação tem sido levantada em diversos debates. Para Luciana, a qualificação recebida pela(o) profissional de Psicologia durante a graduação ainda é incipiente para a atuação nestes novos espaços: "o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), por exemplo, instituído em 2004, absorve hoje cerca de 20.000 psicóloga(o)s no país, segundo dados do Conselho Federal de Psicologia. Quantas faculdades discutem Política de Assistência Social em seus currículos?", questionou.

A psicóloga ainda defende que disciplinas que contemplem estas áreas sejam inseridas nas grades curriculares: "o campo das políticas públicas, embora seja a grande área que vem garantindo cada vez mais a empregabilidade da(o)s psicóloga(o)s, não recebe a atenção devida nas formações em Psicologia". Na opinião de Luciana, a(o) estudante deve ser formada(o) para ser intolerante às injustiças sociais e que possa se apropriar da técnica com a criatividade necessária para reverter os processos de opressão e exclusão a que a maioria da sociedade está submetida.

"O mais importante é que a graduação superior forme cidadã(o)s motivada(o)s e profundamente implicada(o)s no seu papel de agentes de transformação social. Mais do que inserir na formação em Psicologia disciplinas específicas, o que interessa de fato é que a(o) estudante seja estimulada(o) a pensar criticamente o papel da(o) psicóloga(o) dentro de uma sociedade extremamente desigual", comentou.

Diretrizes Curriculares

Mesmo com a falta de estudos e levantamentos sistemáticos dos órgãos competentes de avaliação do ensino superior em relação à qualidade dos cursos de Psicologia no Brasil, considera-se que o tipo de unidade acadêmica e natureza (pública ou privada) das instituições de ensino superior (IES) indicam um diferencial de qualidade, principalmente ao levar em conta o acesso da(o)s formanda(o)s ao tripé: ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Mônica Lima (CRP-03/2011), professora adjunta do Instituto de Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) disponibiliza, através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), documentos de referência para atuação de psicóloga(o)s nas políticas públicas. Você pode acessar os documentos no site do CREPOP: crepop.pol.org.br, em:



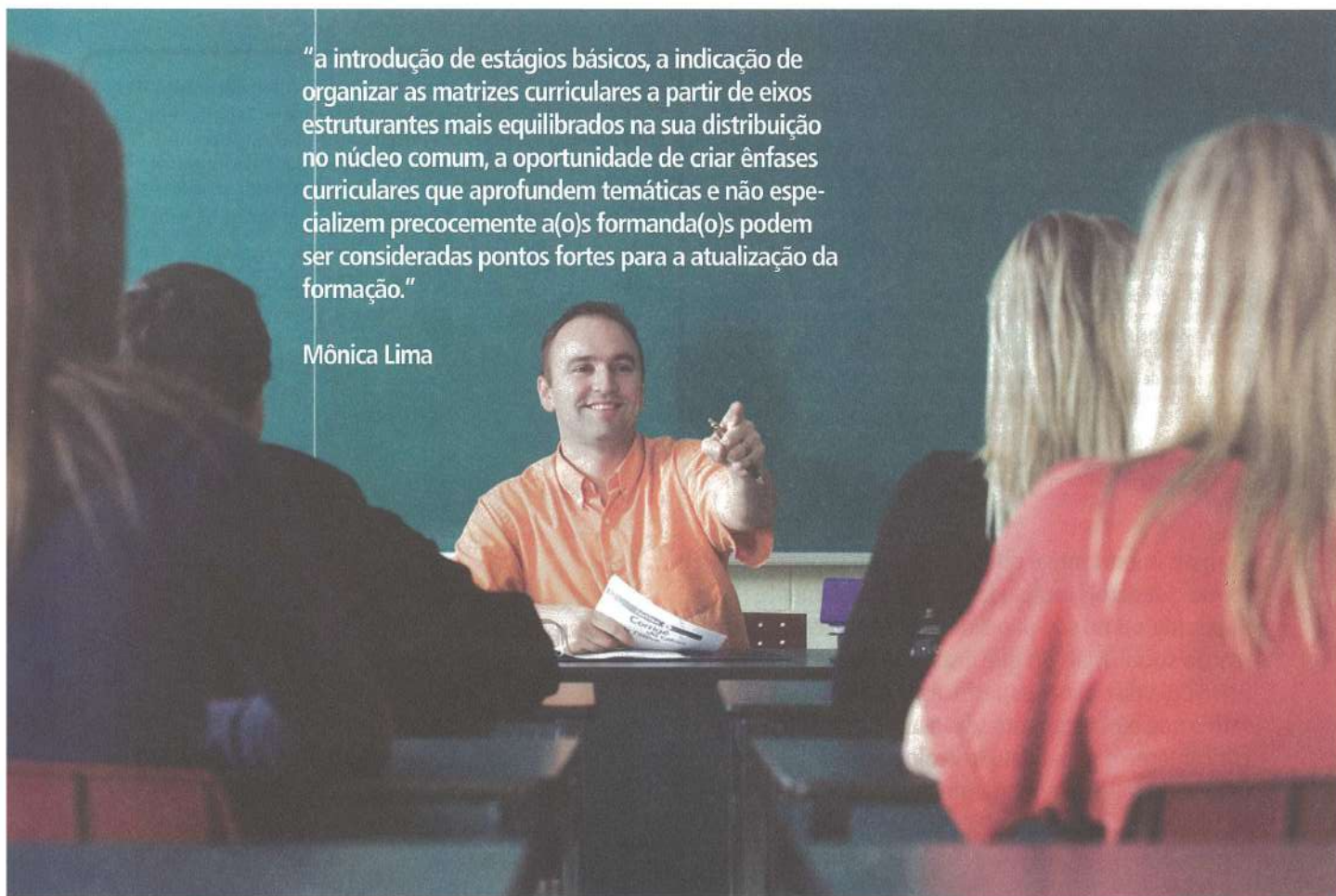
da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Grupo da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – Bahia (ABEP), as instituições que conseguem reunir estas dimensões da formação tendem a oferecer melhor qualidade, sejam elas públicas ou privadas. No entanto, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), 80% dos cursos de Psicologia se concentram em instituições privadas e no estado da Bahia, esse percentual chega em 89,1%. "Estas IES, geralmente, têm melhor uma infraestrutura, mas não contam com a cultura universitária, riqueza discursiva que possibilita o percurso transdisciplinar, neste momento tão importante da formação profissional", avaliou.

Algumas mudanças foram sofridas pelas matrizes curriculares ao longo dos 51 anos de regulamentação de profissão, porém não são igualmente importantes quanto à construção de certo projeto de Psicologia. Um projeto mais afeito ao compromisso da Psicologia com as necessidades do povo brasileiro rompendo, finalmente, o seu compromisso com a elite. Outro benefício trazido para a formação foi o abandono da noção de Currículo Mínimo, eliminado em todos os cursos superiores. Segundo Mônica, é difícil estabelecer disciplinas obrigatórias ou uma matriz curricular ideal para um país da dimensão do Brasil, com suas singularidades sociais, culturais, sanitárias, entre outras, que merecem ser consideradas nos respectivos projetos políticos pedagógicos regionais e locais: "talvez, além da marcante disputa política entre as perspectivas da formação especialista versus generalista e seus corolários, a introdução da noção de ênfases curriculares seja um dos resultados conciliatórios, entre outras conciliações. Na melhor das hipóteses, oferece a oportunidade de direcionamentos dos trajetos formativos, nos últimos anos da graduação, considerando a diversidade teórica e metodológica da Psicologia como ciência e profissão".

Considerando que o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Psicologia (DCN-Psico-2011) é o mais recente fruto das reformas curriculares ao longo dos 51 anos de profissão regulamentada, percebe-se que esta medida conciliatória

"a introdução de estágios básicos, a indicação de organizar as matrizes curriculares a partir de eixos estruturantes mais equilibrados na sua distribuição no núcleo comum, a oportunidade de criar ênfases curriculares que aprofundem temáticas e não especializem precocemente a(o)s formanda(o)s podem ser consideradas pontos fortes para a atualização da formação."

Mônica Lima



De acordo com o Cadastro Nacional de Psicólogos do Sistema Conselhos de Psicologia, em 2012, eram pouco mais de 216 mil psicóloga(o)s ativa(o)s no Brasil, superando American Psychological Association (APA), maior associação de psicóloga(o)s no mundo e a Federação Europeia de Associação de Psicólogos que possuem, respectivamente, 137 mil e 90 mil associada(o)s.

não tem cumprido a contento a atualização da formação. "Vamos partir da hipótese de que a noção de ênfase curricular, como medida conciliatória, acirra o mal-estar da "disputa" entre subcampos da Psicologia, supondo que a ênfase mais comum é relacionada à clínica ou algo que "a articule" com o campo da saúde. Os títulos são inúmeros e não há levantamentos sobre as ênfases curriculares em projetos pedagógicos implantados que nos dêem precisão para criar hipóteses razoáveis. Isto gera, considerando a obrigatoriedade da IES de oferecer ao menos duas ênfases curriculares à escolha da(o) estudante, desequilíbrio na distribuição das turmas e arranjos dos mais diversos para minimizar o impacto do custo-benefício da manutenção das ênfases curriculares, entre outras coisas", falou.

No entendimento da psicóloga, é preciso investir em reformas universitárias mais vigorosas, ao menos, na expansão de propostas de cursos que invistam em metodologias ativas e participativas de ensino-aprendizagem, que não defendam uma formação em Psicologia ensimesmada, onde o contato com outros campos do conhecimento ocorre de modo utilitarista e cada vez mais reducionista. Ela também afirma que a introdução de estágios básicos, a indicação de organizar as matrizes curriculares a partir de eixos estruturantes mais equilibrados na sua distribuição no núcleo comum, a oportunidade de criar ênfases curriculares que aprofundem temáticas e não especializem precocemente a(o)s formanda(o)s podem ser consideradas pontos fortes para a atualização da formação.

Diante dessas questões é inevitável ter dúvidas se a formação da(o)s psicóloga(o)s deveria ser repensada. Para Mônica, a formação em Psicologia deve sim ser repensada a todo o momento, pois o país mudou e vem mudando desde 1960, década da regulamentação da profissão: "a reabertura democrática política brasileira exigiu e exige vigilância permanente. Há ameaças que podem atropelar o projeto da Psicologia conectada aos Direitos Humanos. Por outro lado, não há como formar hoje uma (um) psicóloga(o) no Brasil sem uma aproximação com os desafios políticos e técnicos para a consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema Educacional, entre outros", pontuou. A professora explicou ainda, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Psicologia (DCN-PSICO-2011) merecem críticas construtivas. "O meu otimismo crítico pelo ensino, pesquisa e extensão em Psicologia, dentro e fora de cursos, fundamenta-se em uma formação não-protetida, porque cúmplice de alguns princípios: formação laica, ética, crítica, interdisciplinar, com diversidade epistemo-metodológica, comprometida com as necessidades do povo brasileiro, que busque enfrentar a desigualdade social, o racismo, o machismo, entre outros. Receita, só para bolos. Para formar psicóloga(o)s, a construção coletiva desse compromisso social pode ser um excelente ponto de chegada", finalizou. ☺

Sistema Estruturado de Ensino "Alfa e Beto"

Retrocedendo os fatos, voltemos ao dia dois de janeiro do ano de 2013 quando a Prefeitura da cidade de Salvador, sem licitação, adquiriu por módicos 12,3 milhões de reais um sistema estruturado de alfabetização a ser implementado nas escolas de educação básica da cidade, chamado "Alfa e Beto". Entendamos como um "sistema estruturado de alfabetização", um kit pedagógico que promete alfabetizar sua (seu) aluna(o) a partir de um sistema metodológico único, com cartilhas e materiais a serem seguidos pela(o) professora(s).

Dando seguimento, após a compra desse kit pedagógico, a Secretaria Municipal da Educação da cidade de Salvador (SMED) apresentou o material didático à (aos) suas (seus) professora(s) na Semana Pedagógica que antecede anualmente a volta às aulas. Não era de se espantar que a(o)s professora(s) tivessem ficado surpresa(o)s com a aparição do sistema estruturado de alfabetização. Este espanto se deu por diversas questões, por exemplo, a falta de diálogo prévio entre a SMED e a categoria da(o)s professora(s), necessário para a compra de um material de tal dimensão na vida orgânica escolar.

A(o)s professora(s) indagaram também a respeito dos motivos que levaram a Prefeitura da cidade a abandonar o pacto firmado com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tinha como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico da(o)s professora(s) por meio da distribuição gratuita de coleções de livros didáticos às (aos) aluna(o)s da educação básica. Além disso, questionaram a respeito da justificativa para a quebra do compromisso com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), firmado com o Ministério da Educação (MEC) no final do ano passado, que tinha como propósito a criação de estratégias para a alfabetização e diminuição da disparidade idade-série da(o)s aluna(o)s das redes municipais do país. Por último, interrogaram a natureza do conteúdo do material didático comprado pela Prefeitura, caracterizado pela(o)s professora(s) como sexista, racista, homofóbico e preconceituoso.

Ainda sobre o material pedagógico, este traz, como ponto central do processo de alfabetização, a adesão a um plano estruturado de ensino previsto nos manuais de aulas e nas avaliações a serem realizados pela(o)s professora(s). Por ora, prescreve a(o) professora(or) uma rotina de trabalho rígida e metodicamente controlada, tendo como alvo uma(o) aluna(o) a-cultural e a-histórico que, ideologicamente, reagirá igualmente ao material pedagógico, se aplicado corretamente.

Dessa forma, a adoção do Kit Pedagógico do Instituto Alfa e Beto se configura como a adoção de uma política que vai de encontro aos princípios que pregam a autonomia e a profissionalização do trabalho docente dentro de um projeto político e pedagógico que fortalece a responsabilização de cada unidade, e do sistema como um todo, na formação educacional. Indo além, podemos notar que este material ao entender que a dificuldade

à aquisição da língua escrita circunscreve os fazeres metodológicos e didáticos, ignora a dimensão política, histórica, cultural e social da prática educacional.

Assim sendo, a adesão ao Alfa e Beto, que vende o ideal salvacionista e redentor para os problemas da educação básica na cidade de Salvador, abre um pressuposto para culpabilização da criança através do discurso de incompetência, ou das supostas dificuldades de aprendizagem, bem como, a culpabilização da(o) professora(o) por sua incapacidade de seguir corretamente o seu manual.

Foi a partir desse entendimento, e baseado em um parecer construído pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que no dia três de maio de 2013 o Ministério Público da Bahia (MP-BA) recomendou que a SMED suspendesse o uso do sistema estruturado de alfabetização Alfa e Beto nas escolas da rede municipal de Salvador. Todavia, de sua parte, a SMED publicou uma nota informando que enquanto ela estivesse estudando a recomendação do Ministério Público, estará mantido o trabalho com este sistema, conforme cronograma escolar já divulgado.

Atenta a esta conjuntura, a Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB-Sindicato), no dia 21 de maio de 2013, no "Seminário Sobre Alfa e Beto: As mais belas mentiras do sistema", realizado pela mesma e com o apoio do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Grupo de Trabalho de Assistência Social na Educação (GTASE UFRB), Grupo de Trabalho de Psicologia e Educação do CRP (GTPE CRP-03), Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM UFBA), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), divulgou que ajuizará uma ação civil pública exigindo da SMED o cumprimento da recomendação dada pelo Ministério Público da Bahia.

Concluindo, a problemática que envolve a adesão, por parte da Secretária, a um sistema estruturado de alfabetização, parece não estar perto de um desfecho. O posicionamento do MP-BA pode, e deve, ser visto como uma vitória nesse processo de embates que perduram desde a semana pedagógica no início deste ano. Todavia, a luta em defesa por uma educação que preconize a autonomia, valorização e fortalecimento da escola e da sociedade na construção do projeto político pedagógico, através de ações que envolvam a mobilização social e que efetivamente contribuam para a melhoria na qualidade de ensino, é uma batalha contínua. Nós, psicólogas e psicólogos, devemos também estar atenta(o)s a esse processo.

Leandro Santos Groba (CRP-03/9531)

Coordenador do Grupo de Trabalho de Psicologia e Educação.

H&R
CURSOS E TREINAMENTO

CURSOS ESPECIALIZADOS EM PSICOLOGIA
ACESSE O PROGRAMA DETALHADO DE CADA CURSO, ATRAVÉS DO NOSSO SITE!

www.hercursosetreinamento.com



• Transtornos Neuropsicológicos CH: 16h	• Técnica Projetiva de Desenho - HTP CH: 20h
• Introdução a Terapia Sexual CH: 16h	• Trabalhando com Grupos: a proposta do Psicodrama CH: 16h
• As pirâmides coloridas de Pfister CH: 20h	• Elaboração de Documentos Oficiais em Psicologia CH: 8h
• Gênero, sexualidades e atuação profissional CH: 8h	• Curso de Introdução em Terapia Cognitiva CH: 16h
• Psicologia na Educação: Transtornos de Aprendizagem e Saúde Mental na Escola CH: 16h	• Qualificação na área de Psicologia Hospitalar: teoria e prática CH: 16h
• Atuando com famílias nas políticas públicas de assistência social CH: 16h	• Técnica de Zulliger (Z-Teste no Sistema Klopfer - Cicero Vaz) CH: 40h

CONTATOS

71 3491-6979 | 71 9136-2684 | 71 9978-5283 | 71 9611-6516
faleconosco@hercursosetreinamento.com + www.hercursosetreinamento.com

Em setembro de 2010, tomava posse o XIII Plenário, para o triênio 2010-2013 do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03). Neste período, as ações desenvolvidas pelo CR baiano foram definidas em planejamentos estratégicos; pelas deliberações das Assembleias das Políticas Administrativas e Financeiras – APAFs; e do Congresso Nacional da Psicologia (CNP), buscando seguir o rumo das legislações da profissão e reafirmando os compromissos sociais da Psicologia.

Uma das prioridades do XIII Plenário foi o diálogo com a categoria, de modo a orientar o exercício profissional, valorizando a educação, ao contrário da prática puramente punitiva. Além disso, priorizou-se a ética e transparência, na medida em que planilhas de custos da autarquia foram discutidas em assembleias orçamentárias e estão à disposição de toda(o)s psicóloga(o)s. Também deu continuidade ao processo de desmembramento do CRP Sergipe, arcando com grande parte dos custos.

A principal meta desta gestão foi a interiorização do CRP-03. Foram criadas representações em diversas sub-regiões do estado da Bahia, assim como, foi designada uma conselheira para tratar das ações do CREPOP no interior. O CRP-03 ainda alugou espaço físico, na cidade de Feira de Santana para receber a nova Subsele Sertão/Recôncavo e também transferiu a Subsele Sudoeste para um novo escritório. É importante também destacar as mobilizações relacionadas aos eventos promovidos pelo Conselho, a realização da primeira plenária fora da capital e a participação efetiva da(o)s profissionais do interior do estado nos Pré-congressos e VIII Congresso Regional de Psicologia.

Para mais, buscou aproximação com estudantes e Instituições de Ensino de Psicologia; participou de mobilizações de interesse da categoria, a exemplo da campanha contra o Ato Médico; Projeto de Lei das 30 horas e outras campanhas pautadas pela defesa dos Direitos Humanos.

Veja abaixo, um resumo das ações realizadas nesses 3 anos de gestão:

Eventos			
Ano	Períodos	Eventos	Participantes
2010	set a dez	7	328
2011*	jan a dez	42	6.430
2012	jan a dez	30	1.199
2013**	jan a mai	18	843

* Incluindo o Congresso Norte-Nordeste de Psicologia

** Incluindo Pré-Congressos e COREP



Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP



O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), ferramenta institucional do Sistema Conselhos de Psicologia, tem como objetivo principal mapear, documentar e referenciar a prática da(o) profissional de Psicologia nas políticas públicas, a partir da realização de pesquisas sobre essa atuação. O CREPOP-03, sob orientação da Coordenação Nacional, investigou a prática psi nas seguintes Políticas Públicas: Diversidade Sexual e Promoção da cidadania LGBT; Esporte; Segurança Pública; Atenção a Pessoa Idosa; e Inclusão da População em Situação de Rua. Além disso, fez o levantamento quantitativo da atuação da(o)s psicóloga(o)s nas políticas públicas voltadas para a Promoção da Igualdade Racial; Relacionadas com a Questão da Terra; e Emergências e Desastres. Buscando ampliar a participação de categoria na construção de referências técnicas para sua prática o Centro promoveu eventos, em articulação com GTs e Comissões do CRP03, instituições públicas, Sociedade Civil e IES, nos quais divulgou as Consultas Públicas das versões preliminares dos Documentos de Referência, bem como, Devolutivas dos resultados das pesquisas na Bahia e Publicações do CFP-CREPOP. Enquanto Recurso de Gestão, o CREPOP-03 realizou o I Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, visando a interiorização atuou no projeto Conselho Itinerante, em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização- COF e Biblioteca, com a fim de se aproximar da categoria, estudantes e Instituições de Ensino Superior na capital e interior, firmou parcerias com Comissões do CRP-03 para organização de eventos em todo o estado, e ainda representou o CRP-03 em Congressos, Seminários, Fóruns, Audiências Públicas e em atividades voltadas para políticas públicas nas áreas da Saúde; Assistência Social; Educação; Transporte e Trânsito; Emergências e Desastres; Direitos Humanos, Inclusão da População em Situação de Rua. Para mais, com a finalidade de cumprir sua responsabilidade como Sistema de informação e Comunicação, publicou Minutas Devolutivas, reativou o Grupo de Trabalho de Psicologia e Políticas Públicas para a construção da Cartilha Virtual "Atuação de psicóloga(o)s em políticas Públicas", criou perfis em redes sociais para dar maior visibilidade às ações do Centro, aproximação com a(o)s psicóloga(o)s baiana(o)s, além de estudantes, comunidade e demais categoriais profissionais. Por fim, tem prestado orientação e informação, presenciais na Sede do CRP03, por telefone e e-mail.

Comissão de Comunicação

A Comissão de Comunicação é formada por duas jornalistas, um designer e conta com a colaboração da(o)s conselheira(o)s do CRP-03 e psicóloga(o)s convidada(o)s. Nos últimos três anos, a Comissão deu continuidade ao envio de boletins eletrônicos semanais com informações relacionadas às atividades do Conselho investindo em um novo leiaute para o informativo. Regularizou a periodicidade e deu um novo formato para o Jornal do CRP-03 com seções que possibilitam a participação de estudantes e psicóloga(o)s, a exemplo do "Fala Categoria", Mensagens da(o)s Leitora(e)s e Dicas de Leitura. A atualização de conteúdos para o site do CR baiano é uma das principais atividades da Comissão, além da produção de materiais gráficos como: cartazes, panfletos, webflyers, ilustrações, outdoor, busdoor, banners e etc. Com intuito de aprimorar a comunicação com a categoria, a Comissão elaborou e disponibilizou um questionário sobre os meios de comunicação da autarquia, visando ter conhecimento do que a(o)s psicóloga(o)s pensam a respeito do jornal, boletim e site, com o resultado publicado na edição nº 9 do nosso informativo impresso. Foram criadas também, duas páginas do CRP-03 em redes sociais, para um alcance maior no envio de informações.



Comissão de Direitos Humanos – COMDH

Em Psicologia, o trabalho com Direitos Humanos remete a uma problematização acerca das formas de institucionalização da sociedade, considerando o sofrimento derivado da forma de organização desta. Assim, uma das grandes tarefas da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CDH/CRP03) é elucidar os lugares em que há uma produção desnecessária de sofrimento, fruto de formas equivocadas e excludentes de organização social. Nesse sentido, as ações da CDH objetivam convocar



e mobilizar nossa categoria em torno da problemática dos Direitos Humanos; promover articulações com os movimentos sociais locais que lutam pelos direitos dos segmentos historicamente excluídos; incentivar a inclusão do tema de Direitos Humanos na prática da(o) profissional de Psicologia, no ensino e na pesquisa.

Entre as estratégias e políticas efetuadas para alcançar tais objetivos temos: apoio aos movimentos da sociedade civil organizada local comprometidos com a busca da melhoria de condições sociais e promoção da equidade, levando as contribuições da Psicologia para o fortalecimento dos mesmos; participação em ações coletivas, mobilizações em nível nacional, estadual e municipal para discussão das políticas públicas de interesse; trabalho por uma maior aproximação junto a outros conselhos de classe; fortalecimento da atuação interinstitucional; estreitamento dos laços de cooperação entre a CDH e as instituições governamentais e da sociedade civil, que atuam no monitoramento e implementam ações em Direitos Humanos.

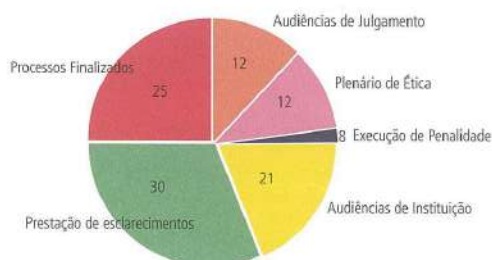
Os Grupos de Trabalho da CDH/CRP03 atuam no sentido de concretizar as ações da CDH que dizem respeito a temáticas específicas, consideradas como relevantes à discussão e atuação dentro do contexto do estado baiano. Nesse sentido, no período de 2010/2013, a CDH foi composta pelos seguintes GTs:

- Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais – GTPRR
- Grupo de Trabalho de Relações de Gênero e Psicologia – GTRGP
- Grupo de Trabalho de Psicologia e Educação – GTPE
- Grupo de Trabalho de Psicologia das Emergências e Desastres – GTPED
- Grupo de Trabalho de Psicologia e Uso de Substâncias Psicoativas – GTPSP
- Grupo de Trabalho de Psicologia de Combate à Homofobia – GTCH
- Grupo de Trabalho de Direitos da Criança e do Adolescente – GTDDCA
- Grupo de Trabalho de Psicologia e Mídia – GTPM
- Grupo de Trabalho de Psicologia e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – GTPCD
- Grupo de Trabalho de Psicologia Jurídica – GTPJ

Para além das ações vinculadas aos GTs, a CDH também promove algumas ações independentes. Dentre estas ações, temos:

- I Encontro Diálogos em Psicologia e Direitos Humanos II Curso de Psicologia e Direitos Humanos: Proteção, Exclusão e Sofrimento (27 e 28 de Julho de 2012)
- Projeto "Direito à Memória e à Verdade" – Mapeamento das/os Psicólogas/os que Vivenciaram a Ditadura Militar (Março e Abril de 2012)
- Lançamento do Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: Locais de Internação para Usuários de Drogas
- Nota de Apoio à Marcha da Maconha em 2012
- Nota e Moção de Apoio ao Quilombo Rio dos Macacos
- Seminário das COFs e CDHs do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil
- Vistorias em Centros de Saúde e Assistência em Saúde Mental

Comissão de Ética – COE



Veja todos os processos disciplinares éticos e ordinários julgados pela plenária de ética do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região, na página da COE: <http://www.crp03.org.br/site/ComunicacaoEtica.aspx>.

Comissão de Interiorização – COMINTER

A fim consolidar uma aproximação com a(o)s profissionais que residem e/ou atuam no interior do estado com o CRP-03, o XIII Plenário contou com seis conselheira(o)s, escolhida(o)s estrategicamente, para mobilizar a(o)s psicóloga(o)s em cada região. Dando continuidade a este planejamento, a COMINTER criou Comissões Gestoras e realizou visitas em sete subdesdes para referendar a(o)s representantes e suplentes eleita(o)s pela categoria. Promoveu uma capacitação destes representantes, suplentes e psicóloga(o)s convidada(o)s do CR baiano; reativou a Subdesde São Francisco; e implantou a Subdesde Chapada. Além disso, foi realizada a primeira vez, uma plenária no interior do estado, na cidade de Vitória da Conquista-BA, o evento "Psicologia e População Indígena: inter-relações com a assistência social, saúde e educação", em Porto Seguro; e diversas outras atividades relacionados ao Dia da(o) Psicóloga(o).

Comissão de Orientação e Fiscalização - COF

>Relação das Ocorrências da Comissão de Orientação e Fiscalização.
>Período: Setembro de 2010 a Maio de 2013.

Ano / Procedimento	2010	2011	2012	2013	Total
Reuniões	03	29	21	09	62
Cartas	08	34	37	15	94
Notificações	09	26	28	18	81
Visitas de Inspeção e Fiscalização	05	33	33	09	80
Denúncias	03	07	09	06	25
Pareceres	02	03	07	-	12
Viagens	-	06	05	-	11
Projetos	-	04	08	06	18
Apreensão/Orientação	02	10	25	09	46
*Atendimento	200	675	732	402	2009
CIPs	138	580	612	315	1645
C. Itinerante	04	10	02	-	16
Total	374	1417	1519	789	4099

Fonte: Livro da Comissão de Orientação e Fiscalização.

Obs: No item atendimento inclui-se: telefone, fax, pessoalmente e por e-mail.
CIPs = grupo de entrega programada de carteiras aos novos psicólogos.
C. Itinerante = visita da COF com trabalhos desenvolvidos fora do CRP-03

Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito (COMHT)



Com reuniões semanais, a Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito do CRP-03 (COMHT) realizou diversas atividades durante os últimos três anos. Em 2010, a Comissão promoveu dois Desafios Intermodais de Mobilidade a fim de ter conhecimento de qual meio de transporte (bicicleta, moto, bicicleta dobrável com transporte coletivo, ônibus, táxi ou carro individual) seria mais eficiente para os deslocamentos em determinados trechos da capital baiana. Também foi formado o Grupo de Estudos sobre Motorcraia e Carrodependência, onde se discutiam textos ligados aos Movimentos Anti-Carro e exibida a obra completa de Jacques Tati. Um dos resultados do GT se transformou em um folder da Campanha de Prevenção à Dependência de Automóvel, realizado juntamente com a Associação de Psicóloga(o)s do Trânsito e da Mobilidade Humana (PATRAMH), organizada através da COMHT. Posteriormente, o Grupo se tornou itinerante e atraiu muita(o)s estudantes de diversas faculdades de Psicologia. Foi por meio desta Comissão que surgiu a proposta de realização do "Seminário Psicologia do Trânsito em Trânsito no Brasil" que aconteceu em todos os Conselhos Regionais do país, inclusive, no CRP-03. Além disso, a Comissão organizou o I Encontro Norte-Nordeste de Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana, participou de ações nos Dias Mundiais Sem Carro (vaga verde) e concedeu diversas entrevistas para rádios, emissoras de televisão e jornais de grande alcance em Salvador.

Comissão de Saúde

Representar o Conselho em inspeções a instituições de saúde mental foi uma das principais atividades da Comissão de Saúde do CRP-03. A Comissão também teve papel importantíssimo em reuniões realizados em órgãos públicos e junto à sociedade civil sobre temas ligados à saúde, discussão de medidas de cunho político, participação nas Paradas do Orgulho Louco, em seminários sobre saúde, em comitê técnico de saúde da população negra e discussões a respeito do tratamento apropriado para usuária(o)s de crack e outras drogas. Além disso, implementou o Grupo de Trabalho Psicologia do Esporte e realizou o minicurso "O Saber Fazer da Psicologia em Saúde Mental I" com discussões sobre o saber fazer: saúde mental na infância juventude, na vida adulta e na velhice.

O entrevistado desta edição é o Coordenador do Núcleo Regional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Carlos Barros (CRP-03/4033). Especializado em Orientação Profissional, Mestre em Educação e Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Carlos fala sobre a inserção da(o) psicóloga(o) no Ensino Médio, as propostas e desafios em torno dessa discussão.



CRP03 - O que seria essa Psicologia para o Ensino Médio?

Carlos Barros: Existe uma questão que gera uma certa confusão em torno do que seria a Psicologia no Ensino Médio. Muitas vezes a(o)s psicóloga(o)s não apóiam, pois não entendem o porquê da Psicologia no Ensino Médio. Eu parto do princípio de que não é só uma ideia de Psicologia no Ensino Médio, mas sim de pensar qual é o papel da Psicologia na educação da(o) cidadã(o). Ou seja, estamos pensando em uma formação básica, uma ideia de educação de uma forma geral que está vinculada à formação da(o) cidadã(o) e para que serviria a Psicologia nessa formação. Geralmente as pessoas pensam que irão ensinar Teoria Psicológica, Behaviorismo e Psicanálise para adolescentes. Eu defendo a tese de que, na educação brasileira e mundial, tem se pensado em uma educação para os direitos humanos. Se nós queremos uma cultura da paz, do convívio e do respeito pelas diferenças precisamos de uma educação para os direitos humanos que implica em reconhecer a(o) outra(o) como pessoa, em respeitá-la(o) e perceber em nós o que acontece para que não façamos isso. Nesse sentido a Psicologia tem muita contribuição porque nos ajuda a pensar no nosso preconceito, na nossa dificuldade de reconhecer a(o) outra(o) como ser humano, nos mecanismos de violência que nós reproduzimos e como reproduzimos uma cultura violenta. Eu penso que a Psicologia não só deveria fazer parte, mas que ela é inerente e essencial tanto na educação para os direitos humanos como na mudança de atitudes, nos sentimentos em relação às diferenças e em relação ao outro.

CRP03 - Em 1971 a Psicologia foi retirada do conteúdo de formação. O que motivou a categoria a retomar essa discussão?

CB: Nos anos 80, final da ditadura militar, a Psicologia voltou ao Ensino Médio, pelo menos em algumas regiões do país, bastante vinculada a uma mudança cultural em torno da educação. A partir desse momento se pensou no que seria uma educação democrática para construção de um Brasil democrático. A Psicologia voltou junto com a Sociologia e a Filosofia como componentes curriculares que oferecem uma possibilidade de reflexão do ser humano sobre si mesmo e sobre a sociedade. No começo dos anos 90 temos uma mudança nessa situação bastante contraditória, que é na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, quando Fernando Henrique assume a presidência e a Psicologia, Sociologia e Filosofia são retiradas do programa de formação da(o) cidadã(o). Essas disciplinas entram como temas transversais, o que é bem complicado na minha leitura porque estamos falando de educação neoliberal, para qual não faz muito sentido pensar sobre essas coisas, e nós adaptamos uma educação a um ensino técnico. O mesmo aconteceu no ensino superior e outras instâncias do ensino de uma forma geral. É preciso estamos atenta(o)s às discussões. Por um lado corremos o risco de cair em um discurso corporativista, ou seja, toda e qualquer possibilidade de terem psicóloga(o)s trabalhando nos interessa, mas ao mesmo tempo eu vejo que isso acompanha esse movimento geral de uma educação para os direitos humanos, que não é bem formulada, ou pelo menos, não está explícito nos discursos da(o)s profissionais de Psicologia. Acredito que temos a clareza dessa necessidade, mas ainda estamos formulando como retomar isso. Foi feito em 2009 um esclarecimento sobre as diretrizes curriculares de Psicologia, que não explicavam muito bem a situação da licenciatura. No mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação deu um parecer colocando como obrigatória a licenciatura nos cursos de Psicologia, sendo homologada em 2011 pelo Ministério da Educação. Existe uma questão legal que vem acompanhando essa discussão da retomada, mas acho que há um descompasso sobre reflexão e produção de conhecimento sobre isso.

CRP03 - Como a Psicologia pode contribuir, enquanto ciência e profissão, para o processo educacional da(o)s estudantes do Ensino Médio?

CB: Tem uma questão bastante importante que é principalmente as formas que a Psicologia vem encontrando. Não dá pra dizer independente de linhas teóricas, mas que

transcendem essas linhas, que são essas possibilidades de as pessoas criarem comunidades reflexivas, pensarem sobre suas condições, criarem condições de transformar suas atitudes e seus posicionamentos diante de outros grupos e consolidarem vínculos entre elas. Ou, pelo menos, até conseguirem se identificar com aquele grupo e fazê-lo funcionar de uma forma mais expressiva, transformando os movimentos sociais, as lutas sociais e as lutas dos grupos em pautas maiores para a sociedade. A Psicologia vem desenvolvendo possibilidades de pensar essa questão, por exemplo com as Psicologias de grupo, relações humanas, institucional e comunitária, que conhecem elementos, técnicas ou formas de estimular outras relações entre os seres humanos. A outra vertente está vinculada ao que eu já venho trabalhando há algum tempo que é pensar na sociedade que vivemos, de barbáries, desigualdade extrema, violência explícita e o papel da Psicologia em uma educação contra a barbárie. Tem também a questão do preconceito, que por um lado a Psicologia vem estudando de uma forma bastante aprofundada. E não só o preconceito, mas a possibilidade de compaixão, de um sofrer com o sofrimento da(o) outra(o), de se preocupar com o sofrimento da(o) outra(o), com o desenvolvimento moral, com as possibilidades psicológicas que temos de ainda nos incomodarmos e podermos transformar alguma coisa. Isso é extremamente importante. Nesse caso, acho que debates e estudos da Psicologia são extremamente necessários para que a(o) cidadã(o) de uma forma geral, tanto no ensino médio e até em níveis anteriores e posteriores, possam refletir sobre isso. Além disso, podemos criar elementos para que as pessoas não simplesmente reajam ao mundo, mas que possam parar e pensar sobre isso entendendo a sua própria subjetividade.

CRP03 - Quais são os atuais desafios enfrentados para que a Psicologia seja inserida no Ensino Médio?

CB: Nosso principal desafio é conseguir construir junto à categoria uma percepção efetiva da importância da educação. Já foi proposta uma análise institucional da própria Psicologia, com a(o)s psicóloga(o)s, mas temos dificuldades em mudar a visão da Psicologia. Até o momento, boa parte da(o)s aluna(o)s entram nos cursos, discutem políticas públicas, outras formas de atuação e saem pensando como psicóloga(o)s clínica(o)s tradicionais. Deve haver algo estranho nisso. O que acontece na nossa formação? O que as nossas instituições vêm fazendo para transformar, e como isso chega para a classe? Por que falamos em educação? Por que produzemos muita coisa em diferentes áreas e a identificação da(o) profissional ainda segue como a de um profissional da saúde que trabalha de forma tradicional em empresa ou escola? É necessário um trabalho de pesquisa, intervenção, reflexão e principalmente de formação da(o)s própria(o)s psicóloga(o)s. Não somente da(o)s estudantes, mas, justamente da(o)s professora(o)s de Psicologia e da(o)s profissionais de uma forma geral. Seria interessante uma formação continuada que reflita o papel social da Psicologia porque falamos da(o) psicóloga(o) como educador(a), não só como professor(a), mas também trabalhando em diversas áreas. Acho que o grande desafio está dentro da própria classe, para que possamos reforçar, para a sociedade, governo e outras instâncias que faz sentido ensinar Psicologia na educação básica, mas ainda não encontramos esse sentido entre nós.

CRP03 - Existem instituições de Ensino que já inseriram a Psicologia como disciplina? Quais foram os resultados disso?

CB: É preciso fazer um levantamento sobre isso, mas existem, principalmente, nas escolas técnicas. Algumas escolas adotavam como disciplina optativa como possibilidade de formação, possivelmente alguma escola pública em que tenha sobrevivido dos anos 80 a 90 a disciplina, mas não é uma coisa muito comum.

Lançamento do Livro "Gênero e Psicologia: Articulações e Discussões"

O Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia do CRP-03 lançará no dia 27 de agosto, Dia da(o) Psicóloga(o), o livro "Gênero e Psicologia: articulações e discussões". A publicação é fruto dos diversos trabalhos produzidos por este Grupo e apresentados em Congressos e Seminários nas áreas de Gênero e de Psicologia durante os seus cinco anos de existência. Ao todo, o livro traz oito textos, cada um problematizando a discussão de gênero sob uma vertente específica em articulação com a Psicologia. A ideia do GT é que essa publicação fomente a discussão da temática de gênero que poderá funcionar como uma categoria de estudo e análise profissional para a(o)s psicóloga(o)s de todo o País.

Jornada Internacional e Conferência Brasileira sobre Representações Sociais

Entre os dias 27 e 30 de agosto, acontecerá a VIII Jornada Internacional e VI Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, no Mar Hotel, em Recife. O evento bianual que reúne profissionais pesquisadora(e)s de diferentes estados brasileiros e de diversos países da Europa e da América Latina, terá como temática o "Desenvolvimento da teoria das representações Sociais: Viagens Euro-Americanas". O objetivo desta discussão é refletir sobre as colaborações acadêmico-científicas entre a Europa e a América Latina que resultaram no proveitoso desenvolvimento da teoria. Outros temas discutidos em eventos anteriores podem ser encontrados no site: <http://www.jirs2013.com.br/>.

Congresso Internacional e II Congresso Nacional de Dificuldades de Ensino e Aprendizagem

A Associação Nacional de Dificuldades de Ensino e Aprendizagem (ANDEA), em parceria com outras instituições, realizará entre os dias 29 e 31 de agosto deste ano, o I Congresso Internacional e III Congresso Nacional de Dificuldades de Ensino e Aprendizagem trazendo para discussão a "Diversidade no Ensinar e Aprender: Educação, Saúde e Sociedade". O encontro será na cidade de São Paulo – SP. Informações e inscrições: <http://www.congressoandea.org.br/inscricoes.html>.

9º Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar

Está agendado entre os dias 22 e 25 de Agosto de 2013, o IX Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. O evento será no Fórum Internacional Psicologia e Hospital - em Belo Horizonte-MG. Durante o Congresso acontecerá a realização do 3º Concurso para concessão do Título de Especialista em Psicologia Hospitalar, pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP. Para saber mais acesse: <http://sbphcongresso2013.com.br/>.

Encontro Nacional da ABEP

O IX Encontro Nacional da ABEP acontecerá na cidade Curitiba – PR, de 05 a 07 de setembro de 2013. O Encontro Nacional é o órgão máximo de deliberação da ABEP, que acontece ordinariamente de dois em dois anos. O evento será uma grande oportunidade para a troca de experiências e de diálogo acerca de questões como: processos de implantação das novas diretrizes curriculares e licenciatura; processos de avaliação dos cursos de Psicologia de acordo com as políticas do SINAES, e em especial os procedimentos de elaboração do ENADE; discussões sobre a interlocução entre a formação e a atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas, incluída a concepção de Direitos Humanos; a laicidade da Psicologia; serviços-escola e estágios supervisionados, entre outras temáticas. O encontro trará reuniões de trabalho com coordenadores de curso, professores e com os coordenadores dos núcleos regionais da ABEP, além de reunião da Diretoria. Saiba mais em: <http://www.abepsi.org.br/>. (fonte: ABEP)

- **XX Congresso Nacional do CBP e XXXI Jornada CPMG**
- Está marcado entre os dias 26 e 28 de setembro de 2013, o XX Congresso Nacional de Círculo Brasileiro de Psicanálise e a XXXI Jornada de Psicanálise Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG), no Centro de Convenções do Hospital Mater Dei, em Belo Horizonte - MG. O evento discutirá a temática: "O sexual e as suas sexualidades: da era vitoriana aos dias atuais". A pré-inscrição pode ser feita através do link http://www.cpmg.org.br/_xxcongresso/inscricao.html.
- **VII Encontro Brasileiro Sobre o Pensamento de D.W Winnicott**
- Entre os dias 03 e 05 de outubro acontecerá o VII Encontro Brasileiro Sobre o Pensamento de Donald Wood Winnicott, em Bento Gonçalves- RS. O evento reunirá profissionais de Psicologia que discutirão ideias baseadas no tema "O Brincar e a Realidade". Saiba mais em: <http://www.encontrobrasilwinnicott.com/>.
- **VI Congresso Brasileiro de Psicossomática e Psicologia da Saúde**
- Acontecerá entre os dias 09 e 12 de outubro, o VI Congresso Brasileiro de Psicossomática e Psicologia de Saúde, em São Paulo. Com o tema "Somatização na Infância e na Adolescência", a(o)s palestrantes discursarão sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças e adolescentes. Maiores informações em: <http://www.psicoeexistencial.com.br>.
- **IV Congresso Brasileiro Psicologia 2014**
- Estão abertas, entre 19 e 23 de novembro de 2013, as inscrições para o "IV Congresso Brasileiro Psicologia: as políticas da ciência e da profissão". Outras informações sobre o encontro serão divulgadas em breve.

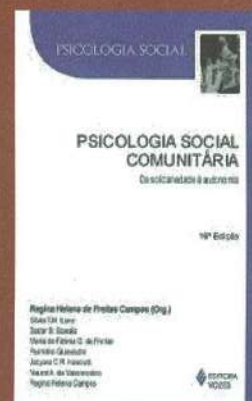
Dicas de leitura



A Psicóloga Edlamar França indica o livro "Psicologia Social comunitária da solidariedade à autonomia"

O livro reúne trabalhos apresentados em um simpósio de professora(e)s que atuam no campo da Psicologia Social Comunitária. A obra explora não apenas a busca individual da auto-realização, mas também todo o jogo de relações em que a pessoa pode crescer e amadurecer. Por conta disso, os dois polos destacados no título da coletânea são a solidariedade e a autonomia.

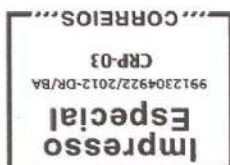
Editora: Vozes
Edição: 16ª
Nº de páginas: 179
Autora: Regina Helena de Freitas Campos
Média de preço: R\$ 40



Psicologia: Uma profissão em movimento, contribuindo para as mudanças.



27 de agosto,
dia da (o) psicóloga (o).



REMETENTE
Conselho Regional de
Psicologia da 3ª Região
Rua Aristides Novis, 27, Fede-
ração
40210-630 - Salvador - BA